



Anais da Assembléia

Nº 11 A

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 14 DE MARÇO DE 1979.

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 1979

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Augusto Carneiro.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguialdo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Léonidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Romero Filho, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, David Chierigat e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere.

O Sr. 1º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de "quorum".

O SR. 1º SECRETÁRIO — (procede à chamada)

O SR. PRESIDENTE — Responderam a chamada 25 Srs. Deputados. Há "quorum" para prosseguimento da sessão.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor JOSÉ AUGUSTO NOCERA, ocorrido no dia 11 do corrente, em Telêmaco Borba.

O extinto era Secretário do Diretório Municipal da ARENA e representante do alto comércio daquela comuna, aonde gozava das melhores relações de amizade e prestígio junto a coletividade.

Da decisão do Plenário, solicitamos que seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1979.

(a) Fabiano Braga Côrtes

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribui-

ções regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça constar da ata dos trabalhos da presente sessão, um profundo voto de pesar pelo falecimento do Sr. Adriano Marino Gomes, ocorrido em data de 12 do corrente mês, na cidade de Londrina.

Era o extinto um dos pioneiros de Londrina, cidade onde chegou na data de sua função, tendo sido inclusive seu Prefeito interino na gestão de Willie Davids, em 1939.

Natural de Porto Alegre, o extinto chegou a Londrina em 1934, tendo atuado ainda como jornalista, secretário da Prefeitura e por muitos anos, funcionário da Câmara Municipal da cidade.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1979.

(a) Dácio Leonel

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário desta Casa, seja enviado um voto de solidariedade aos trabalhadores metalúrgicos de São Paulo e aos professores do Estado do Rio de Janeiro, pela sua luta em prol de melhores salários.

Outrossim, requer, seja dada ciência do pronunciamento desta Casa, nos seguintes endereços:

Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo;

Associação dos Professores do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1979.

(a) Darcy Deitos

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer que este Poder Legislativo solicite informações ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Administração, para que a Empresa Paranaense de Obras - EMOPAR forneça a esta Assembléia Legislativa, as características do projeto de construção da sede da ACARPA, bem como a relação de custos e despesas, com descrição dos materiais empregados, suas quantidades e valores, até o final.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1979.

(a) José Tavares

JUSTIFICATIVA:

Se a obra que será sede da EMATER, hoje ainda sob o nome de ACARPA, é motivo de orgulho para os arquitetos, é motivo de dúvidas a respeito da compatibilidade entre custos e necessidades do Paraná. De outro lado, estando já nas ruas muitas dúvidas sobre a realização das obras, desde a capacidade técnica, até a gestão financeira, com acusações sobre gastos exagerados de material, cremos ser do interesse desse Poder e do próprio Governo, o amplo esclarecimento desse interessado assunto, numa administração que está passando a obra ao novo Governo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o duto Plenário, seja transcrito nos Anais desta Casa, o discurso proferido pelo eminente advogado NEWTON DE SISTI, ao ser empossado na Presidência da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná, cujo texto, por si só, justifica plenamente esta proposição.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1979.

(a) Fidelcino Tolentino

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 04/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — O parágrafo único do Regimento Interno, modificado pela Resolução 49/76, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único — As Comissões Permanentes compõem-se de 7 (sete) membros cada uma, salvo a Executiva que será constituída pela Mesa e a de Constituição e Justiça que terá 13 (treze) membros".

Art. 2º — Esta resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1979.

(a) Erondy Silvério

JUSTIFICATIVA:

A Comissão de Constituição e Justiça apresentou na legislatura anterior um notável trabalho, na análise de elevado número de proposições. Seus membros freqüentemente foram convocados a emitir pareceres simultâneos para evitar o acúmulo de processos.

Com o aumento do número de Deputados nesta legislatura e a expansão dos órgãos públicos, certamente haverá acréscimo considerável no volume de proposições a sofrerem o estudo abalizado dos membros da referida comissão.

Assim, para a dinamização das atividades parlamentares desenvolvidas no seu âmbito — o que é conveniente para o bom desempenho deste Poder — propomos o presente projeto de resolução.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assistimos hoje, neste 14 de março de 1979, um dos mais comoventes espetáculos, às 11 horas da manhã, quando Jayme Canet Júnior, homenageado pela maioria dos Prefeitos do "hinterland" paranaense, dentro da sutileza, dentro da humildade, dentro de toda bondade dos homens e das ovelhas, que embora não sendo pastor, pertencem ao aprisco de Cristo, onde homenagearam sinceramente um homem que sai com a cabeça levantada e com a consciência tranqüila do dever cumprido.

Foi para nós, acostumados às lides políticas, e muitas vezes à adversidade, que é natural dos homens que lidam com a política, um espetáculo maravilhoso.

Vemos Canet Júnior emocionado e mais emocionados ainda os Prefeitos humildes que, ao prestarem aquela homenagem singela, davam uma demonstração de gratidão ao homem do interior, davam uma demonstração, num exemplo de que vale a pena trabalhar, de que vale a pena ser honesto e de que vale a pena, apesar das críticas, ter uma meta e ter sempre uma meta de trabalho para com sua terra e para com sua gente. O trabalho honesto de Canet Júnior, onde, com as lágrimas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a aflorarem nas faces daqueles homens que estavam ali, prestando uma homenagem ao seu grande Líder, ao grande Líder paranaense. E é por isso que, muitas vezes, procuramos difundir dentro da peculiaridade e da humildade do homem do interior que é bom, e é bom ser bom.

Foi um exemplo que aprendemos hoje com Canet Júnior, que haveremos de levar para o nosso lar, para o aconchego de nossa velhice, porque vimos em Canet Júnior hoje, estampado no seu rosto, aquele homem forte a derramar uma lágrima, quando também derramavam os Prefeitos paranaenses, os homens que tiveram em Canet Júnior um amigo de sempre, que muitas vezes não pôde fazer tudo por falta de tempo ou

por falta, muitas vezes, de não poder aplicar o que mais precisavam as comunas, falta de verba. Mas, ali, Canet Júnior demonstrou o carinho que tem para com seus Prefeitos e, retribuindo, esses homens vieram do interior hoje, com a esperança de dar ao homem, de devolver ao homem que muito fez pelo Paraná e por sua gente, dentro da humildade peculiar do homem do interior; aquele homem da mão calosa que sabe o que quer; aquele homem da mão calosa que sabe ser grato e que disseram a Canet Júnior uma palavra só: muito obrigado, Governador, e como é bom ser bom.

Muito obrigado Canet Júnior, muito obrigado aos Prefeitos de minha terra que vieram aqui homenagear o homem que fez tudo por nós; muito obrigado meu Paraná, muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Deputados, muito obrigado minha gente por poder nos dar esta oportunidade de agradecer ao grande paranaense Jayme Canet Júnior. Que Deus em sua infinita bondade e misericórdia dê a Canet a vontade de continuar na amizade e dedicação deste nosso povo, que perdoe aos seus adversários, que continue com seus amigos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Augusto Carneiro.

Antes porém, a Presidência tem a satisfação de registrar a presença, em nosso Plenário, do Pastor Werner Fucks, DD. Secretário da Comissão Pastoral da Terra do Paraná.

Com a palavra o Sr. Deputado Augusto Carneiro.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo, hoje, a tribuna, para fazer um registro que desde há muito tinha vontade de fazer. Porém, para que não fosse interpretado de uma forma não verdadeira, deixei de fazê-lo. Era um agradecimento a S. Ex.^a o Sr. Governador do Estado, pelas obras importantes que ele tem feito para minha região. Não fiz este agradecimento enquanto S. Ex.^a exercia a função de Governador porque, talvez, fosse interpretado de suberviente.

Mas, hoje, fecham-se as cortinas do Governo Jayme Canet, sendo ele, a partir de amanhã, um cidadão, apenas um cidadão a serviço deste Estado, por esta razão queremos registrar e externar nosso agradecimento em nome do povo da região da CONCAM.

Observei o andamento do governo, da parte do Executivo e também do Legislativo. Confesso que acho válido, e achei sempre, a crítica feita pela bancada da Oposição.

Pois a crítica quando é feita com ética e com respeito aos governantes, ela surte um bom efeito, ela cumpre a sua função, ela é necessária. Pois através de sugestões, de críticas, muitas vezes, é pressionado o Executivo e a situação para a realização das obras que o povo, de um modo geral, tanto espera.

E aos Deputados que fizeram aqui oposição, mas que fizeram, como disse, com ética e com respeito aos governantes, reconheço que prestaram um grande serviço a este Estado.

Quero registrar também o gesto que vi, ontem, nesta Casa, com grande simpatia: aqueles Deputados que mais combateram nesta Casa, e cito, como exemplo, os Deputados Deni Schwartz e Nilso Sguarezi, e outros, se dirigirem a Jayme Canet, e, ao cumprimentá-lo, agradecerem àquele grande Governador pelas obras que foram realizadas em suas regiões.

Este é um gesto que, a meu entender, está cima de qualquer interesse partidário, está concretizado por paranaenses que desejam o bem deste Estado, sob a condição, o caminho, ou a cor partidária que for.

Mas, voltando ao objetivo principal deste meu pronunciamento, Sr. Presidente, queria levar ao conhecimento desta Casa, e ao Paraná inteiro que, na última viagem que S. Ex.^a fez à Brasília, ele com o seu prestígio, com a sua força, junto ao

Governo Federal, trouxe para Campo Mourão, o município que, aqui, tenho a honra de representar uma parcela, o reconhecimento e a autorização para que lá funcionassem 3 cursos superiores e que já estão em franco funcionamento.

Além de todas as obras que recebemos do Governo Jayme Canet, que são incontáveis, esta última conquista que tivemos, através do prestígio e da força do Sr. Governador, a instalação dos cursos superiores para a minha região, quero registrar o meu agradecimento agora. E dizer, ao encerrar, Sr. Presidente, que as incontáveis placas de obras que existem em nosso Estado, representando o trabalho e o esforço deste grande Governador, só a História do Paraná saberá reconhecer e saberá, amanhã, dizer do que foi este grande Governo.

Em meu nome pessoal e em nome dos companheiros da minha região, quero registrar o agradecimento e dizer àquele grande Governador: Deus lhe pague por tudo o que fez pelo nosso Estado!

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Egon Pudell.

O SR. EGON PUDELL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje, a primeira vez que, na presente Legislatura, temos a honra de ocupar esta tribuna.

Sentimo-nos perfeitamente honrados, efetivamente, repito, honrados, pois que o nosso pronunciamento é dedicado a Sua Excelência o Sr. Governador Jayme Canet Júnior, nas suas últimas horas de Governo.

Acontece, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Governo do Sr. Jayme Canet Júnior e a sua obra não estão a desaparecer nas últimas horas, e por uma razão muito simples — simplesmente porque o seu Governo não tem ocaso. Os ocasos nas terras do Paraná, como em todas as terras com a plenitude de sua beleza e a policromia que os olhos não esquecem, são passageiros e de curta duração; o ocaso deste Governo é totalmente diferente, não é passageiro e nem de curta duração, porque o seu brilhantismo permanece fixo no espaço.

Todos nós, parlamentares, e todo o povo paranaense, sem distinção de filiação partidária, não poderíamos deixar de reconhecer o extraordinário desenvolvimento do nosso Estado, nestes últimos 4 anos. Foi um trabalho planejado, com uma equipe de especialistas, e desenvolvido pela sua equipe de executores, numa corrida contra o tempo, contra as dificuldades do cotidiano e dos problemas inesperados, que surgem nas operações de grande envergadura.

Parafraseando o grande Primeiro-Ministro inglês, durante a última Guerra, afirmamos que: "nunca tão poucos fizeram tanto em tão pouco tempo".

A Administração Canet Júnior, espairando-se por todos os quadrantes do Paraná, com um Secretariado altamente atuante, cada um cumprindo as suas responsabilidades de acordo com sua área de influência, desenvolvendo uma ação paralela uniformemente acelerada, transformou o Estado do Paraná num dos Estados mais progressistas da Federação brasileira. E o povo do Paraná que o diga, como, com toda certeza, o povo dará a sua confirmação, pois que o Paraná inteiro recebeu e continua recebendo os benefícios decorrentes das realizações deste Governo.

Somente para exemplificar, referimo-nos a algumas realizações do Governo no Oeste do Paraná; no setor rodoviário, a estrada Toledo-Palotina, Guaíra-Terra Roxa-Palotina; Assis Chateaubriand-Nova Aurora; Nova Aurora para o Norte do Paraná; Nova Aurora-Cascavel; Leônidas Marques-Cascavel; Assis Chateaubriand-Toledo; Toledo-Marechal Cândido Rondon e Nova Santa Rosa-Br-467-Vera Cruz do Oeste, início da Rodovia Toledo-Santa Helena, Rodovia Santa Helena-Vera Cruz do Oeste, concorrência realizada no dia 12 do corrente.

Projetos concluídos das seguintes rodovias: Toledo-Vera

Cruz do Oeste e Toledo-Cafelândia.

Com orgulho podemos afirmar que Toledo hoje, é o segundo centro rodoviário no Oeste do Paraná.

No setor da saúde, foram construídos dezenas de postos e mini-postos de saúde, centros de saúde social e urbana de Toledo, campanha de vacinação, distribuição de alimentos através do INAMPS.

Setor de educação: foram construídas centenas de salas de aulas no Oeste e em todo o Estado, foram construídas 6.000 salas de aulas, Senhor Presidente. Inédito no Brasil. A Secretaria do Interior, com abrangência de suas atividades executou obras de saneamento básico, em proporções que todo o Paraná conhece. Construiu casas populares aos milhares, desenvolveu a comunicação telefônica que hoje o Paraná, é o Estado mais bem servido do País. A COPEL desenvolvendo um trabalho extraordinário que todo o Paraná conhece e aplaude.

Realizou a eletrificação rural, construiu usinas hidrelétricas, com uma força otimista e presta; o Sr. Canet Júnior levou sempre a sua palavra de fé, confiança e de coragem, animando todo o povo paranaense, e principalmente do agricultor e todos acreditaram neste entusiasmo do Sr. Governador. Entusiasmo que se transmitiu ao povo, a sua palavra teve uma grande influência. Muitas vezes, o tempo com a sua mobilidade climática, atacava sem piedade, mas o agricultor enfrentava-o com galhardia de sua coragem, e a certeza grande do destino da nossa economia e da nossa terra.

Muito obrigado, Senhor Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao nobre Deputado Lázaro Dumont. — (Pausa) — Ausente o Sr. Deputado, declaro encerrado o Pequeno Expediente, e dentro do Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tércio Albuquerque, inscrito.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No início dos trabalhos parlamentares desta Legislatura, julgamos convenientes e oportuno, trazer ao Plenário desta Assembléia, algumas observações e determinados comentários sobre as obras da Hidrelétrica de Itaipu que, para orgulho e felicidade nossa, se localizam neste Estado. Na confluência dos Rios Paranaíba e Grande, nasce o Rio Paraná que em Território brasileiro corre para Sudoeste até o Salto Grande de Sete Quedas, o Salto de Guaíra, a partir do qual passa a formar no sentido Norte-Sul, a fronteira entre o Brasil e o Paraguai.

O Rio Paraná, com aproximadamente 4.000 km de extensão, é uma Bacia Hidrográfica de 3 milhões de quilômetros quadrados e é um dos sete maiores rios do mundo, com a vazão média de 8.400 m³/segundo. As inúmeras corredeiras e quedas d'água, que apresenta imenso potencial hidrelétrico existente em seu trecho entre o Brasil e o Paraguai, despertaram a atenção de técnicos dos dois países, com vistas ao possível aproveitamento do seu potencial. Para que estudos detalhados de tal aproveitamento pudessem ser desenvolvidos, foi necessário um acordo entre os Governos brasileiro e paraguaio em face de compromissos internacionais, decorrentes do Tratado da Bacia do Prata.

Em 22 de junho de 1966, uma declaração conjunta, que se tornou conhecida como "Ata de Iguaçu", foi instalada pelos Ministros de Relações Exteriores do Brasil e Paraguai. (Lê):

A "Ata" constituiu a primeira manifestação oficial do desejo brasileiro-paraguaio de realizar, conjuntamente, o aproveitamento hidrelétrico do Rio Paraná.

Implementar tal decisão, todavia, demandava consideráveis esforços no campo técnico, econômico, jurídico, político e diplomático. Um dos primeiros passos, entretanto seria no campo técnico, consubstanciado em pesquisas de campo e nos

estudos teóricos e de viabilidade.

Para isso, em 12 de fevereiro de 1967, foi criada, através de acordo por troca de "notas", a Comissão Mista Técnica Brasileiro-Paraguai, que passou a coordenar, em seu nível específico, os esforços de ambos os governos no sentido de dar cumprimento ao estabelecido na "Ata" de 22 de junho de 1966.

Três anos após, em 10 de abril de 1970, foi firmado o convênio de cooperação entre a Comissão, a Centrais Elétricas Brasileiras S/A. - ELETROBRÁS, do Brasil, e a Administração Nacional de Electricidad - ANDE, do Paraguai, com o objetivo de obter dados e elaborar estudos técnico-econômicos do potencial energético do Rio Paraná.

Graças ao trabalho de reconhecimento de campo, que incluiu a inspeção da área, observações dos locais prováveis de represamento e investigações ao longo do rio, foram identificados dez locais para a concentração dos estudos.

Trabalhos executados em caráter de inventário, posteriormente, indicaram que a alternativa mais econômica, para aproveitar o potencial total do trecho em estudo, seria construir uma barragem única no local denominado Itaipu, distante 14 km, a montante da ponte Internacional que une as cidades de Foz do Iguaçu, no Brasil, e Presidente Stroessner, no Paraguai, onde está situada a pequena ilha de Itaipu, palavra de origem indígena que significa "a pedra que canta".

Em 12 de janeiro de 1973, os governos brasileiro e paraguaio recebiam os resultados do estudo consubstanciados em um relatório preliminar conclusivo. Esse relatório possibilitou a antecipação das negociações entre os dois Governos.

Em 26 de abril de 1973, era assinado o Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai para o aproveitamento hidrelétrico dos recursos hídricos do Rio Paraná, pertencentes em condomínio aos dois países, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guaíra até a Foz do Rio Iguaçu.

O referido tratado regula a construção e operação da hidrelétrica de Itaipu.

Em 17 de maio de 1974, há quase cinco anos passados, os dois países, por seus Presidentes Ernesto Geisel (Brasil) e Alfredo Stroessner (Paraguai), constituíram o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva de Itaipu, que assim passou a ter formalizada a sua organização e a dispor dos poderes para iniciar a construção das obras, daquela que virá a ser a maior hidrelétrica do mundo, e para esse fim criaram em igualdade de direitos e obrigações, a entidade binacional, com sedes em Brasília e Assunção.

O PROJETO

A capacidade total da Usina será 12,6 milhões de KW. O projeto é constituído por uma barragem principal em concreto, de 176 m de altura, com uma casa-de-força ao pé da mesma, barragens laterais de enrocamento, de concreto e diques de terras.

A barragem lateral da margem direita inclui a estrutura do vertedouro com as respectivas comportas. As obras do projeto têm a orientação geral Leste-Oeste, ao longo de um eixo de linha quebrada, com um desenvolvimento total de 8,5 km. O nível d'água máximo normal do reservatório foi fixado em torno da cota de 220 m, acima do nível do mar. Este reservatório inundará uma área de aproximadamente 1.400 km² (800 km² no Brasil e 600 km² no Paraguai), estendendo-se a montante por cerca de 200 km até, e inclusive, o Salto Grande de Sete Quedas.

A IMPLANTAÇÃO DA OBRA

Em Itaipu está o maior complexo industrial já reunido num canteiro de obras.

Um obra de tal envergadura seria inviável, sem um trabalho logístico de total apoio ao elemento humano.

Por estar situada nas proximidades de Foz do Iguaçu, no Brasil e Presidente Stroessner, no Paraguai, foi necessária a elaboração de um plano diretor visando ao aproveitamento da infra-estrutura daquelas cidades, compatibilizando-as com o impacto da implantação do projeto.

No Brasil, com o apoio dos órgãos governamentais, foi elaborado um planejamento global para o desenvolvimento da região.

A infra-estrutura de Foz do Iguaçu teria de ser reforçada, ampliada e melhorada. Para isso, foram feitos levantamentos dos serviços urbanos existentes e seu potencial; censo demográfico e projeção de crescimento populacional; adequado dimensionamento, requerido pelo enorme e rápido aumento democrático, para os novos serviços de água e esgotos, energia elétrica, comunicação e transportes urbanos, rede educacional e hospitalar, diversões, pavimentação, arborização e paisagismo.

Para as dimensões gigantescas da obra e apoio ao contingente humano por ela exigido, a região deveria se preparar.

A partir de 1974, Foz do Iguaçu deixaria de ser tão somente a cidade turística e fronteiriça, onde se encontram as maravilhosas cataratas do Iguaçu, para ter uma nova dimensão expressiva — **ITAIPU**, a maior hidrelétrica do mundo.

Podemos afirmar que a construção de Itaipu tem carreado recursos federais para a melhoria da rede viária regional com evidentes benefícios para a economia paranaense.

Para comprovar o que acabamos de dizer, pretendemos alinhar determinados fatos, apoiados em dados estatísticos, facilmente constatáveis, e que, para tanto, apelamos para a paciência e o alto espírito público deste plenário.

INVESTIMENTOS FEDERAIS NO OESTE DO PARANÁ

A fim de adequar a infra-estrutura do Oeste do Paraná às necessidades dos trabalhos de construção da Itaipu, o Governo federal houve por bem instituir o PRODOPAR - Programa de Desenvolvimento do Oeste do Paraná, com a finalidade de investir recursos financeiros no município de Foz do Iguaçu e demais municípios da área de influência de Itaipu.

No período de 1974 à 1978, já foram investidos, através desse programa, o montante superior a 500 milhões de cruzeiros, (Micro-Região 21), em atividades relacionadas com desenvolvimento urbano rural e social, educação, saneamento básico e ambiental, saúde, telecomunicações, produção, comercialização e abastecimento de hortigranjeiros, e finalmente treinamento de mão-de-obra.

É oportuno a esta altura avaliar os resultados da aplicação desses recursos a partir de 1974.

MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU (ÁREA URBANA)

Em 1974, a extensão do sistema de esgoto sanitário, era de 11 km, atendendo uma população de 3.000 pessoas, enquanto que em dezembro de 1978, já apresentava uma extensão 8 vezes maior ou seja 88 km, servindo a uma população da ordem de 20 mil pessoas.

A extensão da rede de abastecimento d'água não atingia 27 km, servindo a uma população de 11.000 pessoas. Em contrapartida, no final de 1978, essa rede se constituía de 120 km, atendendo 35.000 pessoas. Ressalte-se, ainda, que a capacidade no reservatório, em 1974, era de 500 m³ e, atualmente, é da ordem de 5.700 m³.

A demanda de energia elétrica mal atingia 9 milhões KWH, em menos de 5 anos, essa demanda alcançou a cifra de 23 milhões KWH, atendendo uma população de 52 mil pessoas, em contraposição, as 18 mil anteriormente atendidas.

A área municipal urbana, se encontrava com 1,3 km de vias pavimentadas, tendo hoje Foz do Iguaçu cerca de 230 km.

Em termos de facilidades para o ensino de primeiro e segundo graus, o Município de Foz do Iguaçu dispunha de apenas 10 mil matrículas. Em dezembro de 1978 essa capacidade atin-

gia vinte e três mil.

Em telecomunicações, Foz do Iguaçu possuía cento e cinco canais, hoje conta com trezentos e vinte. O número de terminais telefônicos passou de novecentos para três mil e quinhentos. Convém ressaltar, que o complexo Itaipu constitui hoje o 1.º cliente da TELEPAR.

Na área de saúde, existiam menos de cento e cinquenta leitos, hoje trezentos e trinta e dois. Pelo fato de que a mão-de-obra mais significativa é a não qualificada, advinda das classes menos favorecidas, com grande incidências de doenças endêmicas de características locais e/ou generalizada, houve necessidade da complementação de recursos de toda ordem pelos governos Federal e Estadual, através dos respectivos órgãos competentes (SUCAL, CEME, Secretaria da Saúde), tanto em termos de medicina preventiva como curativa.

Atualmente, estão sendo implantados Postos de Puericultura, serviços de pré-natal e de proteção à maternidade.

Com o auxílio das autoridades federais e das instituições estaduais do Paraná, foi instalado um centro de triagem e encaminhamento de migrantes (CETREMI), para impedir que a procura de empregos na área, tomasse formas anárquicas, recebendo a todos os que buscam trabalho, e procurando encaminhá-los.

Os recentes acidentes climáticos que afetaram as safras de soja e trigo no Centro-Sul do País, provocaram uma grande afluência de "bóias-frias", para Foz do Iguaçu.

O CETREMI procura funcionar da maneira mais racional possível: recebe toda a oferta de mão-de-obra que se apresenta, custeia as despesas de alojamento e alimentação dos candidatos durante três dias, e, caso o migrante não ofereça nenhuma condição de ser aproveitado, ele paga a passagem de regresso até ao lugar de origem (dentro do Estado do Paraná).

A corrida à Hidrelétrica traz ao Paraná milhares de pessoas dos tipos mais diferentes: jovens que estão decididos a vencer na vida à custa do seu próprio esforço, desempregados sem esperança, que buscam uma oportunidade de sobrevivência ou até mesmo, simples aventureiros que tentam a sorte em todos os pontos.

Boa parte desta população flutuante, acaba ficando na região dominada pela sedução que a fronteira exerce sobre os desenraizados.

POPULAÇÃO:—

Ao considerarmos os fatos mencionados, podemos consignar que, Foz do Iguaçu, em 1.974, possuía uma população de trinta e três mil pessoas, hoje, está abrigando cento e quarenta mil, que contam com os serviços básicos indispensáveis.

Evidentemente, este aumento populacional em Foz do Iguaçu, trouxe conseqüências econômicas vantajosas, como comprovam os números a seguir enunciados.

RECEITA:

Em 1.974 — Cr\$ 9.000.000,00

Em 1.978 — Cr\$206.000.000,00

(Estimado)

Em 1.979 — Cr\$ 200.000.000,00."

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento) — Tenho o prazer de apartear o nobre Deputado Albuquerque, só para fazer-lhe uma pergunta, se em seus discurso também irá considerar as oito mil famílias que se vêm afastadas das terras pela inundação das águas?

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Chegarei lá.

O Sr. Gernote Kirinus — Se também em seu discurso haverá de abordar os graves problemas de acidentes que, inclusive, ainda não receberam atendimentos dentro do próprio canteiro de obras da Itaipu, e em 1976, em levantamento feito pela Igreja local, de trinta mil favelados. Eu só queria saber se também será abordado isto.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Nós vamos analisar tudo

isto que Vossa Excelência terá oportunidade de nos ouvir.

O Sr. Gernote Kirinus — Certo.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — (Lê):

Arrecadação do ICM:

Em 1.974 — Cr\$ 3.000.000,00

Em 1.978 — Cr\$ 14.000.000,00

Arrecadação

de ISS: Em 1.974 — Cr\$ 1.400.000,00

Em 1.978 — Cr\$ 30.000.000,00

Movimentação de produtos para o exterior, através da fronteira. (VIA FLUVIAL, VIA AÉREA E VIA RODOVIÁRIA):

Em 1974 — 85.000 TONELADAS

Em 1977 — 173.000 TONELADAS

EM VALOR:

Em 1974 — US\$ 90.000.000 (FOB)

Em 1977 — US\$ 148.000.000 (FOB)

MOVIMENTAÇÃO TURÍSTICA

É preciso considerar que a atração dos Saltos do Iguaçu, como fonte de movimento turístico e, conseqüentemente, trazendo benefícios incalculáveis para a Rede Hoteleira, vem sendo progressivamente acrescida de um fato novo: a visita às obras de Itaipu e, no futuro, à própria central. É o que demonstram os dados a seguir enunciados:

1974 — cerca de trezentos e trinta e cinco mil visitantes.

1978 — mais de um milhão de visitantes.

No tocante à infra-estrutura viária, no Estado do Paraná, é preciso que seja dito que as necessidades de transportes para construir a Itaipu, vêm levando o Governo Federal a acelerar, no Estado, a implantação e a melhoria de rodovias troncos (BR-277 e BR-369), bem como uma tentativa de implantar o prolongamento do eixo ferroviário de Guarapuava a Foz do Iguaçu e, posteriormente, em conjugação com o Governo Paraguai, até Assunção.

No setor ferroviário, devido a conhecidas dificuldades financeiras do País, o projeto não pode ser executado. Entretanto, a entidade binacional continua altamente interessada que tal projeto venha a se efetivar, o mais breve possível, ainda que não seja utilizado para a construção da central.

É inquestionável o papel da Itaipu no desenvolvimento de Foz do Iguaçu, da região do projeto, do Estado do Paraná e do Brasil; na área do fortalecimento da empresa privada nacional; no campo da tecnologia e da engenharia de projetos; na de produção industrial; no domínio da expansão da infra-estrutura dos transportes; no tocante à criação de polos regionais de produção agropecuária e no concernente à oferta de empregos."

Antes de encerrarmos esta exposição sobre a presença da Itaipu no Estado do Paraná, faremos menção aos trabalhos de desapropriação que vêm sendo desenvolvidos pela mesma, tendo em vista o seu reservatório.

A área alagada...

O Sr. Palácios — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Cedido o aparte ao nobre Deputado Palácios.

O Sr. Palácios — Inicialmente, desejo cumprimentar o Deputado

Tércio, pela brilhante explanação que nos faz no dia de hoje, trazendo a todos nós, elementos que naturalmente colheu dentro de sua fonte, e com isso, nós queremos cumprimentá-lo, porque com os números e as justificativas apresentadas, nós vemos que Itaipu atinge e ultrapassa aos limites iniciais que a mesma se propunha. E, por isso mesmo, desejo me colocar ao lado do companheiro, porquanto, realmente, Itaipu, considerando os dados fornecidos por Vossa Excelência, em que os limites foram transpostos com relação aos prognósticos de aumento de população e também dos benefícios imediatos que trouxeram à cidade e à região e por que não dizer, ao Paraná

e ao Brasil?

No entanto, nós que conhecíamos alguns dados iniciais das previsões, sabemos que foram inicialmente tomadas as medidas de programação, para que fossem atendidas as necessidades que seriam geradas com a construção daquela usina. E, por isso mesmo, é que a própria Foz do Iguaçu deixou de perecer com os problemas que seriam gerados. Evidentemente, se alguns problemas surgiram, foram exatamente porque esta obra ultrapassou os limites a que ela se propunha. Mas, concluindo, desejo cumprimentar o nobre Deputado, pela brilhante explanação.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa ao nobre Deputado, que dentro do horário do Grande Expediente, tem um minuto para a conclusão da sua oração. Entretanto, consulta à bancada da Aliança Renovadora Nacional, onde Vossa Excelência poderia usar os quinze minutos que são destinados à bancada (Concedido)

Concedido, Vossa Excelência tem quinze minutos dentro do horário reservado à Liderança, para conclusão de sua oração.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados, como vinha passeando pelos caminhos verdejantes do pensamento, deixem-me concluir minha oração.

"A área alagada. Deverá ser formada no segundo semestre de 1982, abrangendo a cem mil hectares, mais ou menos oitocentos quilômetros quadrados; irá atingir cerca de seis mil propriedades rurais. As propriedades já foram cadastradas e estão sendo avaliadas; os entendimentos com os proprietários em termos de terras, vêm sendo feitos de modo sistemático e satisfatório. Sendo que os critérios e valores têm atendido às expectativas dos desapropriados. Itaipu está pagando o preço adequado; e este preço é reajustado a cada ano, de tal sorte que os valores pagos em 1978 não são os mesmos de 1979 e assim sucessivamente, para termos uma idéia, em 1978, foram celebrados cerca de quinhentos acordos dentro do programa de indenização; e este ano está prevista a realização de mais de duzentos acordos por mês. Em janeiro próximo passado, em apenas dezoito dias, foram realizados, cento e setenta e quatro acordos, compreendendo áreas dos municípios de Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Santa Helena e Marechal Cândido Rondon."

O Sr. Nelson Friedrich — Permite um aparte, nobre Deputado? (Assentimento) — Como homem do Oeste, como Vossa Excelência, nós nos sentimos bem à vontade para fazer algumas rápidas considerações aqui. Primeiramente, porque também sentindo a grandiosidade de Itaipu, embora cinquenta por cento já não nos pertencem, embora o Paraná esteja praticamente doando isso aí, e até hoje não houve a nível governamental nenhuma colocação para que nós tivéssemos a atribuição devida, porque nem a energia será utilizada no Paraná.

Em que pese nós estarmos aqui preocupados com o problema do homem que terá sua terra alagada e com indenização aviltante, eu preciso contestar em parte Vossa Excelência, porque tenho assistido, inclusive, recentes acordos com Itaipu, a nível de trinta e nove mil cruzeiros o alqueire, quando é aviltante saber que isso se faz a nível de minar a área, porque se faz um acordo aqui e outro lá, com o objetivo de, com isso, desacelerar o trabalho que se faz a nível de pastoral da terra, de Federação dos Trabalhos Rurais, dos Sindicatos, que exigem os cem mil cruzeiros, que é o mínimo que vale o alqueire naquela área.

Além do mais, ilustre Deputado, eu preciso estranhar algumas coisas de Itaipu, e, porisso, voltarei à tribuna em oportunidade especial, para fazer um estudo aprofundado da coisa, porque há alguns aspectos que não se entendem, onde até a concorrência pública de diversas aquisições são feitas, essas concorrências, essas propostas, em dólares, onde nós

temos essas indenizações não num critério sistemático, como diz Vossa Excelência, onde nós enfrentamos tantos problemas na região, inclusive de ordem ecológica, até hoje não estudados, porque é mais uma obra feita verticalmente no País, de cima para baixo, num regime como o nosso, anti-democrático, e uma obra dessa grandiosidade, mereceria a participação e a análise de todo o povo brasileiro, através das suas Casas de Leis, do Congresso Nacional e a opinião dos grandes pensadores da matéria energética do País. Isso tudo foi olvidado, numa obra gigantesca que talvez, no futuro, estejamos renegando como se faz hoje em outras partes do mundo.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Muito obrigado. Após a oração responderei o aparte do nobre Deputado.

A título demonstrativo, daremos os valores de alguns dos cento e setenta e quatro acordos feitos em janeiro deste ano. "No Município de Foz do Iguaçu, região de S. Miguel do Iguaçu, área em hectares; 15,59 hectares; em alqueire, 6,49. Preço por hectare: 49.008,00; preço por alqueire Cr\$ 117.724,00, num total desta área de Cr\$ 764.000,00; este no Município de Foz, apenas um dado; ao Município de Santa Helena, vamos ao outro dado: numa área de 14,52 hectares, que equivale, 6,5 alqueires; preço por hectare Cr\$ 54.043,00; preço por alqueire Cr\$ 129.703,00.

Vamos ao Município do Deputado Gernote Kirinus: Município de Marechal Cândido Rondon: uma área de 2,28 hectares, equivalente, em alqueire, a 0,95..."

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência permite-me um aparte? (Assentimento) — Nobre Deputado, apenas para me situar e para prestigiar a oração de Vossa Excelência, pergunto se esse preço é referente à terra rural urbana, ou suburbana, com ou sem benfeitorias, mecanizadas, ou não:

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Obrigado, nobre Deputado, vamos chegar lá.

"Em Marechal Cândido Rondon, vamos citar mais um exemplo: 5,25 hectares que equivalem a 2,18 alqueires, o preço por hectare foi de cento e vinte e dois mil, quinhentos e trinta e seis cruzeiros. Por alqueire, duzentos e sessenta e sete mil e cento e vinte e nove cruzeiros.

Depois vamos analisar os preços da terra nua e da terra revestida.

O pagamento é à vista e o expropriado pode explorar a terra por duas safras, ou mais.

Observe-se que o mercado imobiliário referente às propriedades rurais, funciona a prazo de dois a três anos para pagamento além do programa de desapropriação, a Itaipu, juntamente com o INCRA, e sob a coordenação e fiscalização do órgão público do Ministério da Agricultura, estabeleceram uma linha de ação que facilitará o reassentamento dos colonos que serão atingidos pela inundação.

Colonizadoras particulares e idôneas que tenham projetos de colonização aprovados, com infraestrutura de apoio implantada, lotes demarcados, estradas vicinais abertas, hospitais, escolas, centros comerciais, igrejas em funcionamento, foram selecionadas e oferecerão suas glebas aos expropriados que terão, evidentemente, o direito de livre escolha, comprando área onde desejar.

Abre-se, em favor do colono, um leque de alternativas. E para isso, aos expropriados idosos, que não tiverem condições de se deslocar para mais longe, a Itaipu procurará facilitar seu assentamento no próprio Estado do Paraná, onde a disponibilidade de área é, infelizmente, menor."

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência permite um aparte? O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Gostaria de concluir minha oração.

"Estamos seguros que a Itaipu vem dando ao programa de desapropriação um elevado cunho de justiça e tratamento cristão ao homem, permite que o expropriado permaneça na área até 1981. O expropriado pode levar as benfeitorias inden-

zação. E sobre o novo imóvel indicará a hipoteca. Fornece carta de anuência aos bancos e órgãos financeiros para o expropriado conseguir esse financiamento para o plantio após a indenização. Colabora no programa de reassentamento. A Itaipu Binacional, atenta a este problema, está empenhado todos seus esforços no sentido de amparar os colonos que devam ser removidos daquela área, dando condições para reiniciarem suas atividades no próprio Estado do Paraná, ou em outro local do País.

E ainda nesse quadro de formação do Reservatório de Itaipu é preciso ser registrado que inúmeras medidas e providências estão sendo tomadas, inclusive com o apoio de entidades do Paraná, a fim de evitar o impacto ecológico do meio ambiente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, aqui em minhas mãos encontram-se laudos aprovados de todos os municípios que serão desapropriados e que tiveram aumento na desapropriação agora em janeiro de 1979.

É preciso que todos nós, Sr. Presidente, fiquemos ao lado dos colonos, junto com a Itaipu, procurando auxiliá-los, procurando ajudá-los, procurando conciliar, e nunca na destruição, procurando, através de reuniões, conciliá-los, procurando, através de reuniões, compatibilizando a população com Itaipu.

Prova disto, Sr. Presidente, tenho aqui em minhas mãos, o Decreto presidencial que desapropria a área de Itaipu e que a torna de Utilidade Pública.

Nós temos, sim, é que ir até o colono, pedindo, e a Itaipu, que façam os seus acordos, para que suas terras não sejam desapropriadas e levado, o dinheiro, a ser depositado em juízo. Nós queremos é a paz e a tranquilidade, pois, queremos construir uma obra que já é consumada e que ninguém vai parar a sua construção. O que nós queremos é ajudar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no desenvolvimento da nossa área e eu sou um daqueles que proponho aos Senhores Deputados que estão fazendo reuniões da área, que me convidem, para que eu participe, porque, todos nós somos parlamentares, especialmente nós do Oeste do Paraná, que representamos a área beneficiada por Itaipu."

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) — Nobre Deputado, aqui, na Legislatura passada, este Deputado fez, inclusive, circular, sob apreciação deste Plenário, desta Assembléia, um requerimento, pedindo, solicitando que pudéssemos nós, Deputados, visitar os canteiros de obras da Itaipu, e naquela oportunidade, discutiu-se inclusive, da competência de visitar, ou não, a Usina de Itaipu. Nós, representantes do povo paranaense!

E a verdade é que, depois de muita polêmica nesta Assembléia, depois de acertos e desacertos, o requerimento foi aprovado, mas, jamais algum Deputado — ao menos da minha bancada — foi convidado sequer, a participar de uma visita a Itaipu. Eu mesmo estive lá, na Foz do Iguaçu, nos primeiros conflitos que tiveram com os colonos, e, não foi, a recepção, esta que Vossa Excelência tanto anuncia desta tribuna, Deputado. Pode ter sido e poderá sê-lo agora, depois de tanta luta que a Oposição no Oeste do Paraná e aqui nesta Assembléia perfilhou, no curso de quantos anos que aquele povo e aquela região vêm sofrendo! Ademais, nobre Deputado, o Estado do Paraná que é o mais interessado nas causas e nos efeitos daquela Usina, o seu Parlamento, a sua Representação teve, sequer, convite para que os seus representantes fossem lá, observar aquela obra; houve sim, representações de delegações estrangeiras que naturalmente haveriam de ser convidadas, mas, jamais, o povo paranaense poderia ser aliado de uma obra que vem engrandecer, a nível de modelo econômico, simplesmente para engrandecer os homens do Poder, os homens que estão aí a erigir obras grandiosas, para suplantar outros Governos revolucionários.

A verdade, nobre Deputado, é que Vossa Excelência,

traz dados, dados recentes, mas lá, da Foz do Iguaçu, de onde Vossa Excelência procede. Lá há muitas fissuras, muitas brechas na sociedade local e, muitos daqueles que plantaram desde os primeiros convívios sociais e humanos daquela região, pioneiros de mais de trinta anos, foram aliados de suas terras e o preço não foi esse que Vossa Excelência vem anunciar.

Lamentavelmente, tenho que fazer este depoimento, porque à ocasião em que fui eleito lá por Foz do Iguaçu, também eu...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa o nobre Deputado que está na tribuna, que tem um minuto para concluir o seu pronunciamento, assim sendo, solicitaria do nobre aparteante que fosse breve.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Deputado, lamento não poder prosseguir.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Nobre Deputado Fidelcino Tolentino...

O Sr. Fidelcino Tolentino — Eu desejo concluir. Vossa Excelência permite?

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Mas, nobre Deputado, eu só tenho um minuto!

O Sr. Fidelcino Tolentino — Mas eu desejo concluir. Vossa Excelência me permite? (Assentimento) — Obrigado.

Na oportunidade em que nós Deputados da Oposição, faremos aqui pronunciamentos a respeito de todos os aspectos, sócio-econômicos, políticos, desta obra, nós haveremos de nos debater e nos defrontar.

Muito obrigado.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O nobre Deputado Fidelcino Tolentino disse que, Deputado algum desta Assembléia visitou as obras da Itaipu.

O Sr. Fidelcino Tolentino — A nível de Parlamento.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Então me perdoe. Eu assisti, a nível de Parlamento, do Congresso Nacional, Deputados e Senadores que foram convidados para ir até Itaipu e haveremos de ser nós convidados, Deputados Estaduais, para visitar todas as obras do canteiro, no campo social, médico-hospitalar e dentário, no campo técnico, das desapropriações no setor jurídico, e eu quero comprovar a Vossa Excelência, Deputado Tolentino, que os preços que eu aqui trouxe são reais e comprováveis...

(Tímpanos)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrado o horário reservado à Aliança Renovadora Nacional.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Eu voltarei na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Consulto a Liderança do Movimento Democrático Brasileiro...

O SR. NELTON FRIEDRICH — Eu só gostaria, porque segundo Vossa Excelência se referiu, o aparte que eu fiz, não seria consignado nas notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Não disse o aparte de Vossa Excelência. Eu disse determinadas palavras ofensivas ao Sr. Governador do Estado. Considero-as desairosas na forma do Regimento Interno.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Mas se Vossa Excelência me permite, eu gostaria de saber quais essas palavras ofensivas. Parece-me que não foram proferidas.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Eu não posso informar ao nobre Deputado, de momento, textualmente as palavras, mas esta Mesa, no momento considerou ofensivas.

Concedo a palavra, dentro do horário reservado ao Movimento Democrático Brasileiro, ao Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queria eu, que o meu primeiro pronunciamento nesta Casa, fosse de alegria, de contentamento ou de agradecimento

ao laborioso povo de Campo Mourão e de toda região, os quais me distinguiram com seu voto livre e democrático, para que nesta Casa suas vozes fossem ouvidas e que seus anseios e aspirações fossem reconhecidos em todo o nosso Estado e não postergados como sempre foram. Mas, infelizmente, tenho que iniciar o uso desta tribuna, com pesar, com angústia, com tristeza, pois, mais uma vez vejo o meu povo enganado por um Governo que nos extorques de um mandato ilegítimo, pois não recebeu o voto legítimo e livre do povo, não tem que lhe dar satisfações.

Senhor Presidente, senhores Deputados. Na Roma antiga, os ditadores da época para distrair as massas, davam pão e circo ao seu povo e na minha terra, lá em Campo Mourão, na última sexta-feira, dia 9, Sua Excelência, o interventor do Estado do Paraná, que amanhã entrará o mandato, quando lá esteve, só levou circo, porque o pão não levou para o trabalhador de Campo Mourão, que é o problema do trabalhador de todo o Brasil.

O Sr. Quilse Crisóstomo — Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. DARCY DEITOS — É o que é mais grave, também não levou água para o meu povo, porque todos os jornais do Paraná noticiaram que Sua Excelência foi a Campo Mourão, inaugurar a estação de tratamento e distribuição de água pela SANEPAR. Eu queria que todo o Paraná soubesse que isso não se deu. Campo Mourão, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que possui uma população no município, de mais de cento e vinte mil habitantes. Campo Mourão que tem, no seu perímetro urbano, uma população de mais de sessenta mil habitantes; Campo Mourão que tem mais de quinze mil construções dentro do seu perímetro urbano, tem, até hoje, 1979, apenas, duas mil ligações de água fornecidas pela SANEPAR. E, Sr. Presidente, Srs. Deputados...

O Sr. Augusto Carneiro — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. DARCY DEITOS — ... a água que o povo de Campo Mourão bebe, é suja, é imunda, e paga o mesmo preço que pagam os consumidores de Curitiba, de Londrina, enfim, todas as cidades atendidas pela SANEPAR, porque a água fornecida pela SANEPAR, em Campo Mourão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é suja, é imunda...

O Sr. Augusto Carneiro — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. DARCY DEITOS — Queria, aqui, fazer um registro — que em Campo Mourão, não tem água inaugurada pela SANEPAR; Campo Mourão que tem o seu progresso travado pela falta dessa obra do Governo Estadual...

O Sr. Augusto Carneiro — Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. DARCY DEITOS — Imaginem, Campo Mourão, um dos centros geográficos mais importantes do Estado, o centro do progresso do Estado, que tem o maior entroncamento rodoviário do Estado do Paraná...

O Sr. Augusto Carneiro — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. DARCY DEITOS — ...não tem sequer água para que lá possamos instalar um parque industrial, porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados...

O Sr. Augusto Carneiro — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. DARCY DEITOS — ...é este o Governo que todos vós sobem naquela tribuna para dizerem que faz obras maravilhosas.

O Sr. Gabriel Manoel — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, eu sou um dos

Deputados que subo à tribuna para dizer que o Governo Canet é um dos maiores governos que o Brasil tem. E não admito que chamem de bajulador, porque quando se fala a verdade, nesta terra, e os cegos são os piores que não querem encher e os surdos são os piores que não querem ouvir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DARCY DEITOS — O povo de Campo Mourão que o diga e queria, também, aqui fazer um registro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na minha mão tenho a mensagem enviada pelo Sr. Governador do Estado de todas as suas obras realizadas, durante o quadriênio...

O Sr. Augusto Carneiro — Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. DARCY DEITOS — Assim que eu concluir o meu pensamento, lhe concederei o aparte.

Tenho em minha mão um belo mapa, distribuído pelo Governo do Estado do Paraná, das rodovias inauguradas pelo Sr. Jayme Canet Júnior, este mapa que foi impresso com o dinheiro do povo, tem duas rodovias que constam como asfaltadas e não estão asfaltadas, é a ligação com a BR 369, do Município de Boa Esperança e, aqui, está presente, nesta sessão, o prefeito do Município de Mamborê e ele é testemunha de que, aqui, neste mapa, consta a ligação de asfalto com a sua cidade de Mamborê, que lá também milita, que lá também trabalha. São seis quilômetros de asfalto que nem sequer foram iniciados os trabalhos de pavimentação e consta, aqui, como asfaltados. Eu exijo que, para o povo não se minta, o povo da minha região está sendo enganado porque, aqui, neste mapa consta, o asfaltamento e, lá, não tem. Para se chegar lá, quando chove, é uma calamidade, está aí o Sr. Prefeito que poderá confirmar o que estou falando, mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando era menino, aprendi, na escola, de que o Poder de um Estado é constituído pelo Executivo, pelo Legislativo e pelo Judiciário e quando venho para a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, do meu Estado, porque aqui resido há mais de vinte e cinco anos, Sr. Presidente e Srs. Deputados; criei-me nesta terra do Paraná, quando aqui chego, vejo a Bancada do Partido Governista, composta por trinta e quatro homens maiores, vacinados, honrados e dignos não tendo autonomia, sequer, para escolherem o Líder da sua Bancada aqui na Assembléia Legislativa do Paraná, sem antes virem as ordens do herdeiro do trono do Estado do Paraná, que amanhã tomará posse.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nós reconhecemos que o nobre Deputado que está na tribuna tem o direito, evidentemente, de esparar. Claro, a administração como a de Jayme Canet, é impar na história do Paraná e tem que deixar amargurada muita gente. É a chamada "dor de cotovelo". Isso nós admitimos, Sr. Presidente. Agora, nós não admitimos ingerência nos negócios internos da bancada da Aliança Renovadora Nacional, como também não teríamos a descortesia de dizer que a bancada do M.D.B., hoje, está fracionada. Não usaremos desta descortesia. Então, não admitimos. Devolvemos ao orador que se encontra na tribuna, que é surdo, e por isso eu tenho que falar alto, porque falta com a ética não concedendo aparte, devolvo a descortesia, Sr. Presidente. Não admitimos ingerência interna, na bancada da ARENA.

O SR. DARCY DEITOS — Não é uma questão de ingerência, mas é uma questão de fatos, que até ontem esta Casa, as Comissões, não foram constituídas, porque a nobre bancada da ARENA não tinha o seu Líder para discutir.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Foi a liderança do M.D.B. que solicitou um adiamento.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Eu devo informar ao Líder da ARENA, que não há divisão nenhuma no M.D.B. Há discussões, porque este é um partido onde todos participam, onde todas as opiniões são ouvidas e é um partido realmente popular.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Como que nós, o Poder Legislativo do Estado do Paraná...

O Sr. Augusto Carneiro — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. DARCY DEITOS — Tem o aparte Vossa Excelência.

O Sr. Augusto Carneiro — Caro Deputado, agradeço inicialmente o aparte que Vossa Excelência me permite agora, gentilmente. Quero esclarecer, de princípio, com referência a água que Vossa Excelência abordou aí, de Campo Mourão, dizendo de que o serviço de água que foi inaugurado e que os jornais apregoaram que Sua Excelência o Governador iria inaugurar, eu concordo de que os jornais apregoaram, porque os jornais têm dito tanta coisa, que não é verdade.

Porém, era da intenção de Sua Excelência, o Governador do Estado e da nossa intenção também, de mourãoenses, como eu e Vossa Excelência, de que o serviço de água fosse inaugurado. Mas, como o contrato feito com a firma empreiteira que pegou para fazer aquela grande melhoria do serviço de água em Campo Mourão, que é um serviço de alta monta, cujo contrato deve vencer no mês de maio, e que foi acelerado a todo vapor para ver se possível era inaugurar a água agora, no entanto não foi possível.

Se o serviço de água não está bem em Campo Mourão, eu concordo com Vossa Excelência, todos sabem, todos nós mourãoenses. Mas, não podemos nunca culpar o Governo que vem trabalhando e lutando e que o serviço de água, Vossa Excelência sabe como eu, é um serviço de importância, é um serviço vultuoso, é uma grande obra, é uma grande melhoria para o nosso povo e que em maio, deverá estar pronto. E por isso, eu ratifico aqui o meu esclarecimento ao Governo do Estado.

O SR. DARCY DEITOS — Vossa Excelência deve concordar que estou aqui, para defender os legítimos interesses do nosso povo, de Campo Mourão.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa comunica ao nobre Deputado que se encontra na tribuna, que tem um minuto para a conclusão do seu pronunciamento.

O Sr. Augusto Carneiro — Se Vossa Excelência me permite, eu só quero concluir o meu aparte. Com referência as discussões e a outras coisas que Vossa Excelência, fugindo a ética, ataca da tribuna, pela primeira vez, até fico entristecido Sr. Deputado, por ver que Vossa Excelência chega, e, pela primeira vez, fala hoje, e já agressivamente se comportando como eu percebo. Infelizmente, faço minhas as palavras do Deputado Quielise Crisóstomo, quando fez um aparte, lembrando a todos os Deputados que tenham moderação ao falar.

Muito obrigado.

O SR. DARCY DEITOS — Acontece que eu não sei mentir, para o meu povo. Eu vim aqui para defender os reais interesses do povo do Paraná e da minha região.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Já que não temos mais espaço para um aparte ao nobre Deputado Darcy Deitos, eu, pela Questão de Ordem, Sr. Presidente, pretendo elucidar melhor o problema do acesso a Mamborê... (inaudível devido a discursos paralelos)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — (Faz soar os Tímpanos)

Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente. A Questão da Ordem do Deputado Jurandir Messias, está fugindo totalmente, ele não levantou questão de ordem, mas um aparte.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Ilustre Líder, eu quero apenas colaborar com o Deputado que está na tribuna. É uma

colaboração que vou prestar nas suas palavras, com referência ao acesso que realmente não foi construído, porque é município que represento aqui na Assembléia, realmente, não foi construído. Quero dar o meu respaldo ao brilhante Deputado que está na tribuna, e, a minha intenção, não é de maneira nenhuma um aparte, porque não temos mais tempo para tanto, mas quero dizer a Vossa Excelência, Deputado Darcy Deitos, aproveitando a questão de ordem, que realmente o acesso...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) (Faz soar a campainha)

A Mesa solicita ao nobre Deputado Jurandir Messias, que o tempo regimental dedicado ao MDB, está encerrado.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Mas eu pedi Questão de Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Com a questão de ordem, está encerrado o horário reservado à Liderança do M.D.B., agora, improrrogável.

Tem a palavra para uma questão de ordem, o Deputado Del Ciel.

O SR. DEL CIEL — Sr. Presidente. Nesta Questão de Ordem, quero apelar a Vossa Excelência, para que assegure o minuto que resta ao Deputado que está na tribuna...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa comunica ao nobre Deputado, que é improrrogável, na forma do Regimento Interno, os quinze minutos dedicados às Lideranças dos Partidos. Dou por encerrado o horário reservado ao M.D.B.

O SR. DARCY DEITOS — Então a minha palavra foi cassada. (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa esclarece ao nobre Deputado, que sua palavra não foi cassada, a Mesa concedeu fora do Regimento Interno, mais um minuto, para Vossa Excelência e não aceita a Mesa, o pronunciamento de Vossa Excelência, dizendo que a palavra foi cassada.

Encerrada a Hora do Expediente, passaremos à Ordem do Dia.

O SR. LINEU TURRA — Pela Ordem, Sr. Presidente.

Data vênua de Vossa Excelência, o nobre Deputado Jurandir Messias pediu a palavra pela ordem, e Vossa Excelência interrompeu o orador.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A palavra, pela ordem, é contada dentro do tempo...

O SR. LINEU TURRA — Então eu peço a Vossa Excelência que toda a vez que se peça a palavra, pela ordem, seja precedida da indicação do dispositivo do Regimento Interno que está sendo violado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa acata a solicitação do nobre Deputado.

Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente. Requeiro a Vossa Excelência, que me inscreva em Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere o pedido do nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Resolução, de autoria dos Srs. Deputados Erondy Silvério e Nilso Sguarezi, constante do

expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 52/78, de autoria do Deputado Lázaro Dumont, que autoriza o Poder Executivo a denominar "Professora Maria Cintra de Alcântara", o Grupo Escolar de Tamarana, localizado no Distrito de Tamarana, Município de Londrina. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 166/78, de autoria do Deputado Luiz Roberto Soares, que autoriza o Poder Executivo doar à Ordem dos Pregadores (Província Dominicana "Utriusque Lombardiae"), áreas de terreno que especifica, situadas no Bairro do Tarumã, nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Augusto Nocera, ocorrido em Telêmaco Borba. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Adriano Marino Gomes, ocorrido na cidade de Londrina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tuguio Setogutte, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, pela proficiência de sua administração e pela realização das obras de vulto que dotaram Curitiba. — **Aprovado.**

O SR. NILSO SQUAREZI — (Questão de ordem) (Assentimento)

Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere. 26 Srs. Deputados aprovam; 19 Srs. Deputados rejeitam. — **Aprovado.**

(Aplausos da Bancada da ARENA).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Administração, consubstanciado em pedido de informações, no sentido de que a EMOPAR forneça a esta Casa, as características do projeto de construção da sede da ACARPA, bem como a relação de custos e despesas. — **Rejeitado.**

O SR. NILSO SQUAREZI — Pela ordem. — (Assentimento). Gostaria que V. Ex.^a informasse bem o Plenário do que se trata este requerimento e fazer a verificação de votação.

(É procedida a leitura do requerimento).

Atendendo a solicitação de V. Ex.^a, faremos a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. — (Pausa). — Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. — (Pausa).

25 Srs. Deputados rejeitam; 19 Srs. Deputados aprovam. — **Rejeitado o requerimento.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando voto de solidariedade aos trabalhadores metalúrgicos de São Paulo e aos professores do Estado do Rio de Janeiro, pela sua luta em prol de melhores salários. — **Rejeitado.**

O SR. NILSO SQUAREZI — (Pela ordem). — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. — (Pausa). — Os Srs. Deputados que rejeitam, quei-

ram levantar-se. — (Pausa).

24 Srs. Deputados rejeitam o requerimento; 21 Srs. Deputados aprovam. — **Rejeitado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do discurso proferido pelo eminente advogado Newton de Sisti, ao ser empossado na Presidência da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná. — **Aprovado.** (O discurso acha-se publicado no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Conselho Nacional de Petróleo, no sentido de regularizar a situação do consumo de petróleo na região agrícola do Estado. — Em discussão.

O SR. ANTÔNIO FACCI — (Para discutir). — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"A crise internacional do petróleo tornou-se realmente o bode espiatório de todos os problemas nacionais. No Brasil, o Governo teima em debitar todos os nossos problemas à política da OPEP. No entanto e apenas para ilustrar, devemos lembrar que a crise petrolífera vai custar ao Brasil, um desembolso extra em 1979 da ordem de 160 milhões de dólares, quantia equivalente a que nosso País gastará no mesmo período, com a importação de trigo.

Portanto vejam, não é apenas o petróleo, não é o petróleo o principal fator que faz com que a nossa gente esteja a atravessar uma fase tão difícil. O governo está, na verdade, dramatizando a crise e faz alarde de medidas pequenas visando o corte de fornecimento de combustível para aviões executivos e iates de luxo, como se estas medidas fossem de grande alcance para a economia nacional.

Dizer que os proprietários de veículos auto-motores não estão respondendo ao programa governamental de poupança de combustível é uma inverdade, para analisar apenas o consumo de gasolina por unidade de veículo existente.

Bastante lembrar que até final de 1977, o consumo médio por veículo em circulação era de 3.600 litros-ano e em 1978, segundo estatísticas dos próprios órgãos governamentais, a média foi de 2.095 litros-ano por veículo.

Vejam, portanto, que a população brasileira, apesar de descrente de tantas promessas colocadas pelo Governo, no entanto no episódio petróleo, já está atendendo e já está diminuindo o consumo em muito mais do que os 10% que continua a se gastar dinheiro nos órgãos de divulgação para fazer com que a população se conscientize. Mas conscientizar-se mais de que, se caiu a média por veículo de 3.600 litros-ano para 2.095 litros?

Vale acrescentar ainda, que essa diminuição apenas no consumo de gasolina obrigou o Governo a exportar o produto a preços vis, a países vizinhos, enquanto castiga a população brasileira com preços altíssimos.

O problema que se apresenta é a falta de capacidade da Petrobrás, em aparelhar-se para melhorar suas condições de refinamento de petróleo, ou, ainda, não adequação do Governo no que respeita a produção de energias alternativas.

No que concerne ao requerimento do ilustre Deputado Augusto Carneiro, com o qual estamos favoráveis e vale-se acrescentar aqui que a Casa já aprovou requerimento de igual teor do Deputado Darcy Deitos, da sessão de 8 de março. Ele se referia às portarias 62 e 69, do Conselho Nacional do Petróleo, racionando o óleo Diesel e combustível às indústrias. É sem dúvida, mais uma medida, que evidencia a capacidade governamental na produção de energias alternativas, e nem mesmo com o combustível automotivo.

É de levar-se em consideração também que o Governo deve estar ao menos ciente, de que a redução drástica de consumo no fornecimento de óleo combustível nos levará à recessão econômica.

Hoje, as cooperativas estão aí a gritar pela liberação das quotas necessárias. Mas, como ficam, Srs. Deputados, por exemplo, nossos pequenos agricultores, proprietários de pequenas trilhadeiras que podem os Srs. Deputados achar que isto é minimizar o problema. Mas são proprietários de trilhadeiras de pequenas propriedades rurais, movidas, estas máquinas, ou puxadas por tração animal, mas que funcionam com motores a gasolina ou a Diesel, principalmente nas regiões onde o terreno não é plano, onde há dificuldade de acesso até às lavouras.

Essas trilhadeiras são necessárias para a colheita de grande parte da produção agrícola dos nossos pequenos proprietários, e eles estão impedidos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de adquirir o combustível para seus motores, para suas trilhadeiras, em galões — é uma outra portaria do Conselho Nacional de Petróleo —. E o que está ocorrendo? Muitas delas estão paradas. Ou este pequeno proprietário, não tendo carro, não tendo condução, não tendo veículo automotor, tem que emprestar do vizinho para arranjar o jeitinho brasileiro para ir buscar o combustível até o posto de gasolina e lá encher o tanque e depois vir até seu sítio e retirar esse produto.

Vejam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, depois da seca, depois das geadas de 75, depois do confisco da soja, depois dos preços vis de nossos produtos agrícolas, agora nós estamos aí, como dizem aquelas plaquinhas, nos botecos nos mais distantes rincões do Paraná: "depois de tudo isso, agora vem você, ora essa!" Agora, vem o Conselho Nacional de Petróleo a impedir que os pequenos produtores tenham até a condição de comprar a sua gasolina, o seu diesel, em vasilhames menores. Eles são obrigados a comprar — quem sabe — um veículo automotor, para enganar, para arrumar, como eu disse, "o jeitinho brasileiro" para conseguir o seu combustível.

Vejam bem, enquanto para nós é proibido vender-se em pequenos latões, a gasolina a 9 cruzeiros e 60 centavos o litro, para os países vizinhos, o Brasil vende a menos de 3 cruzeiros! Como a dizer que estamos, aqui neste País, a produzir a felicidade não da nossa gente, mas da gente dos outros países que não comungam — quem sabe — dos nossos pensamentos, de nosso amor à liberdade e da tradição que este País tem em falar sempre alto, apesar dos longos anos de escuridão, mas a vislumbrar, pouco a pouco, uma pequena brecha, uma pequena luz, de liberdade, de democracia. Mas, é no setor econômico, é no impedimento que se faz, pouco a pouco, a desenvolver as propriedades, é que se vê a crescer — e uma análise a esse respeito faremos em outra oportunidade — as cooperativas. E onde entram as grandes cooperativas, apenas para ilustrar hoje, mas traremos números, desaparece o pequeno produtor, desaparece o pequeno proprietário e transforma-se nos "bóias-frias" deste País.

Estamos favoráveis ao requerimento de autoria do Deputado Augusto Carneiro, embora, eu já disse, tardio, porque o Deputado Darcy Deitos já apresentou e esta Casa já aprovou requerimento de igual teor.

Mas, fica o nosso alerta, a nossa participação, e a certeza de que estas medidas só acontecem porque elas estão sendo tomadas, como tudo neste País, de cima para baixo, sem a participação popular, sem que o povo participe do debate.

Porque, se cada vez que o Conselho Nacional do Petróleo tivesse que baixar portarias, nem que ouvisse os homens da Oposição, mas que ouvisse os homens da Arena, os Deputados, os Vereadores, os Senadores, tenho a certeza que as medidas seriam outras.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Para discutir). — Sr. Presidente, nobres Senhores Deputados.

Já teve lugar, há poucos dias, requerimento de eminente Deputado com assento nesta Casa, relativo a este problema do

fornecimento de gasolina ao pequeno agricultor, matéria que já esgotou quase o nível de competência para se chegar às barbas dos donos do poder, e reivindicar um comportamento das autoridades do setor energético para colocar um paradeiro nas reclamações justíssimas que os agricultores têm feito.

Surge à baila, novamente, discussão de um requerimento que, apesar de reiterar um problema anterior, é pertinente, é necessário, é oportuno.

Depois de observarmos a imposição do Governo sobre o imposto calamidade, depois de observarmos tantos atos de arbítrio com relação ao problema energético e a outros tantos mais, a restrição ao fornecimento de gasolina ao pequeno agricultor, datíssima vênica, Sr. Presidente, Srs. Deputados, observamos mais uma forma de punição, no meu modo de ver, a quem não cometeu crime algum durante época alguma da História do Brasil.

O agricultor brasileiro, sobretudo o pequeno agricultor, tem sido a sustentação econômica, o carreador de divisas para os cofres públicos, e tem sido o formador de épocas, de conceitos econômicos e de posições de Estado neste País. E a medida adotada pelas autoridades do setor energético, de que, os postos só poderão vender um mínimo de 100 litros de gasolina, acaba de atestar a desorientação administrativa e a falta de meta de Governo na preservação da soberania nacional, que chega a dar um sentido de temeridade para o nosso futuro! E mais: esta vez, mais esta vez a agricultura está sofrendo um constrangimento sem defesa, a agricultura, garroteada por medidas arbitrárias, a exemplo recente, o do confisco cambial da política de preço mínimo, está atirada ao desamparo, sendo vítima desse arbitrário e discutível modelo econômico da chamada economia de mercado, onde só o grande capital ocupa lugar, ocupa espaço nos negócios e nas gestões dos negócios.

O que quer o Governo, Sr. Presidente, Srs. Deputados? Acabar com o pequeno agricultor?

Sucumbir a mais sofrida e persistente fonte de receitas pública de divisas de exportação?

Ou, é fruto da tecnoburocracia que invadiu pelas portas dos fundos a administração dos negócios públicos já há 15 anos?

A aflição dos agricultores, vítimas das secas, por outras vezes vítimas de chuvas, e outras tantas do custo de produção, das pestes suínas, da burocracia irritante, da insegurança na comercialização, surge agora nova polêmica, provinda agora de um ato de arbítrio e de um ato de poder, do ato de força, que desconserta os indefesos e pequenos agricultores, trabalhadores rurais, de um modo geral. Principalmente na nossa área de atuação, o Oeste do Paraná e Sudoeste do Paraná onde há uma incidência muito grande de pequenos agricultores, lá, onde conhecemos e convivemos com os problemas, não há conciliação racional do desenvolvimento e produção, com a política elitista da venda de gasolina, sob a alegação de racionalizar este produto, fonte de energia.

O que farão as trilhadeiras de locomoção animal? Moto-serras? Trituradores? E quantas máquinas que servem ao pequeno agricultor para o equacionamento das riquezas e das produções do nosso Estado? O que farão eles, Sr. Presidente, sem uma medida racional, lógica e imediata, para colocar termo à insegurança criada pelo problema energético, que deveria, já, ter sido tomada nos primeiros anos da década de 70?

Por certo ficarão mais uma vez à espera de uma ordem de partida de cima.

A dívida externa se agiganta de hora em hora, criando divisões na sociedade brasileira, e esse espectro imposto à população deste País, freqüentemente é debitado somente à crise do petróleo, quando o milho é negociado com o capitalismo internacional, a preços aviltantes como ocorreu em recente safra, principalmente dos produtos colhidos na região Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná; o problema do trigo, o problema da negociação da pseudo exportação de soja e do farelo.

do soja, a peso de ouro para o erário, tem erradicado divisas do nosso País e comprometido a própria estabilidade da sociedade brasileira. As finanças, eletrocutadas nas compras das "Lights", sem falar dos contratos de risco, dos empréstimos ao Grupo Luthfala e Atala, ou a devastação da Amazônia que gera uma nova crise a títulos desconhecidos e com contratos de risco com capitalismo internacional.

Exportações de gasolina são feitas a preços contestados, até por aqueles que sustentam politicamente o regime.

Senhor Presidente: há poucos dias vimos alegações na Televisão, de que com um barril de gasolina exportado compravam-se dois barris de petróleo no mercado internacional. Para os cálculos matemáticos do Planalto é mais vantajoso vender barato ao estrangeiro que vender este produto para diminuir os custos de produção para o trabalhador nacional. É inconciliável o argumento oficial de que dois barris de petróleo de 158 litros, que custam 14 dólares cada um ao Brasil, ou seja, Cr\$ 317,80, possam ser comprados com um único barril de gasolina, vendido a Cr\$ 268,60. É claro que não há grande diferença entre ambos. Ao contrário, Sr. Presidente. A diferença é a maior para o preço do petróleo, e por isso, com um barril de gasolina é impossível comprar até um de petróleo. Novamente, o porta-voz do Planalto erra nos cálculos matemáticos. O Cel. Ludwig disse e, Programa de TV que um barril exportado de gasolina daria para comprar dois de petróleo, o que é absolutamente inverdade.

Senhor Presidente, esta situação é insustentável e o agricultor especificamente não admite mais constrangimento. O clima reinante é de desespero, é de incompreensão, é de insegurança, é de desalento.

Urge uma tomada de posição. É urgente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, uma política sensata e imediata para sanar o caos criado. Nós que representamos as legítimas aspirações daqueles que representam a força viva do Estado do Paraná, somos movidos a tomar sérias posições. É urgente que se tome uma posição, não a nível de partidos políticos, mas a nível de Estado, a nível de Governo de Estado e a nível de Governo Federal, para que se busque uma política racional, imediata, lógica, para não ficarmos no abstracionismo de contemplar apenas o futuro das grandes obras materializadas como as "Itaipus". É preciso também, para não comprometer econômica e financeira, e sobretudo emocional dos agricultores, que o Governo tome uma medida urgente para fornecer gasolina aos pequenos agricultores, porque vários deles já nos estão escrevendo cartas dramáticas, Senhor Presidente, como as várias que eu tenho e que aqui trouxe apenas uma, para dar ao conhecimento dos nobres Deputados desta Casa.

Estamos recebendo vários apelos, não só por carta mas também por telefone, de representantes de classes, de sindicatos, de associações, que não sabem mais a maneira de defesa desta política que o Governo está encetando, sobretudo em prejuízo da própria receita pública.

O Sr. Jurandir Messias — Deputado Fidelcino Tolentino, V. Ex.^a faz com bastante brilhantismo o encaminhamento do requerimento do nobre deputado Augusto Carneiro o que a nós muito satisfaz, eis que foi motivo de polêmica por parte do vosso partido, um requerimento que se originou de um deputado do Governo.

Mas, Deputado Fidelcino, eu confesso a V. Ex.^a que não entendi e, por isso, faço uso da palavra neste aparte para que V. Ex.^a, mais devagar, com mais clareza, situe o custo do barril de petróleo que nós importamos, quanto ele chega custando e quanto dá de lucro à Petrobrás.

Eu queria que V. Ex.^a, tão somente, fizesse esta ressalva que este deputado, e talvez a maioria, não entendeu, tão somente para elucidar a bancada da ARENA.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Deputado, V. Ex.^a

desconhece o lucro do barril de petróleo?

O Sr. Jurandir Messias — Exatamente.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — V. Ex.^a imagine a Oposição!

O Sr. Jurandir Messias — V. Ex.^a leu, por isso que este Deputado esclarece.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Posso esclarecer?

A imprensa tem publicado, e isso tem sido divulgado pelo oficialismo, que o barril de petróleo custa 14 dólares, isto colocado lá no Oriente Médio. 14 dólares multiplicado pelo atual valor do dólar, se a minha conta não está errada, dá Cr\$ 317,80, e a gasolina que o Governo vem exportando para a Argentina, para a Bolívia e para alguns países da África, é colocada nesse mercado a Cr\$ 1,68, ou era colocado, pois parece-me que agora teve um grande aumento, correspondente a 40%, que vai, ainda, começar seu embarque nos próximos meses.

Então, V. Ex.^a equacionando esses números, obtém o seguinte resultado: se o barril de petróleo nos custa Cr\$ 317,80, e nós vendemos a mesma quantia de gasolina a Cr\$ 268,60, nunca que com um barril de gasolina poderemos comprar dois de petróleo, que foi a alegação de S. Ex.^a o Cel. Ruben Ludwig, na Televisão da Rede Globo, há poucos dias.

Pois bem, Sr. Presidente, prossigo e prossigo dizendo que, pessoalmente, votarei com toda solidariedade ao requerimento pedindo que sejam urgenciadas medidas para não bloquear os agricultores, para resguardá-los de uma outra crise que é iminente, e enormes prejuízos estão a nos avizinhar e, é justamente neste ponto, Sr. Presidente, que enfatizamos aqui a nossa solidariedade fazendo um apelo às autoridades competentes e a partir das autoridades do Governo do Estado do Paraná, cujo Governo será trocado amanhã, que se façam gestões e não se posterguem medidas, como ocorreu no caso do confisco do soja, como ocorreu no caso do acerto da frequência das turbinas da usina de Itaipu e que deu um enorme prejuízo a este País, e é para resguardar, sobretudo, quem sustenta a economia nacional, com basicamente 70% da sua produção e dos seus índices de exportação.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Certes). — Para discutir, concedo a palavra ao nobre Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados, inicialmente quero manifestar o meu integral apoio e a minha solidariedade ao requerimento do Deputado Augusto Carneiro, porque, inclusive, na semana passada nós tivemos oportunidade de apresentar um requerimento nesta Casa também solicitando medidas.

E este apelo que o nobre Deputado Fidelcino Tolentino traz através de carta, que inclusive eu tive oportunidade de ler a carta que ele recebeu, realmente nós temos recebido em número muito grande, principalmente dos sindicatos hoje espalhados em aproximadamente 200 municípios do Paraná e que têm um contato direto com o pequeno agricultor, com o pequeno lavrador que realmente necessita que seja vendido a ele a gasolina, que volte novamente a gasolina a ser vendida em galão.

E um outro fator de suma importância que essa chamada crise do petróleo está realmente acarretando.

É hoje o problema e que a própria Federação da Agricultura hoje está nas páginas dos jornais, a OCEPAR - Organização das Cooperativas do Paraná, é o problema do óleo para o uso das próprias cooperativas para secarem, através das suas caldeiras a matéria prima que é adquirida, e que é o soja para poder exportar.

Realmente a gente sente aí que a política no setor do petróleo no Brasil, deixa muito a desejar. Ainda ontem, de manhã, quando participamos da última reunião da ACARPA, porque passou a ser EMATER, ainda foi levantado o problema dos pescadores, que também não têm as mínimas condições e sofrem a mesma situação dos pequenos lavradores. Eles têm

os seus pequenos motores, barcos movidos a motores de baixa potência e também não necessitam adquirir toda a vez que forem comprar gasolina, ter que comprar no mínimo 100 litros para levar e não têm nem onde depositar.

Agora, imagine se o próprio Conselho Nacional do Petróleo não admite que se transporte um galão de gasolina com toda a segurança, que acredito eu não tem problema nenhum, dentro de um carro, dentro de uma moradia simples, modesta de um lavrador, de um agricultor, ou de um pescador, que muitas vezes a cozinha é a sala, é o próprio quarto, ele tem que pôr lá dentro um tambor com 100 litros para ficar dentro da sua casa.

Então, o que a gente nota em tudo isso é um desconhecimento total...

O Sr. Fidelcino Tolentino — E depois custa mais de dois mil cruzeiros, Deputado.

O SR. LÁZARO DUMONT — Exatamente. É um desconhecimento total da situação que atravessa realmente essa população. E hoje nós estamos vendo, eu realmente, porque é difícil se pegar um balanço que a Petrobrás divulga, e para aqueles que são economistas e que não estão dentro da Petrobrás, acredito eu já é difícil de avaliar aquele balanço, quanto mais os leigos!

Nós vimos, recentemente, no jornal, que a Petrobrás o ano passado obteve 120% de lucro no seu balanço. E nós perguntamos: hoje a imprensa está divulgando com grandes manifestações e muito destaque, que 1% da área do Brasil, territorial brasileira que viria a ser pouquinho menos da metade do Estado do Paraná, plantado em eucalipto, daria com o metanol, matéria prima do próprio eucalipto, de 1% da área brasileira, nós estaríamos produzindo energia para o Brasil superior ao petróleo produzido hoje no próprio Irã.

Então nós ficamos perguntando: por que se gasta milhões e milhões de dólares na implantação de plataformas, como tivemos uma recentemente afundada nos mares do Norte, ao norte da Inglaterra, se gasta milhões e milhões em projetos de outros setores, por que a Petrobrás não investe em projetos de plantação de eucalipto aqui no Brasil?

Por que a Petrobrás, que é uma empresa que se diz nacionalista, permite que empresas brasileiras, grandes empresas brasileiras e multinacionais hoje no Brasil, e de grupos que nem residem no Brasil, estão adquirindo toda a área ainda devoluta desse nosso País, porque que a PETROBRÁS não implanta aí, projetos de plantações de eucalipto, prevendo daqui a quinze ou vinte anos a extinção total do petróleo.

Realmente é uma situação que nos deixa encabulado, a gente não acredita muito, porque recentemente ainda lendo um comentário econômico num dos jornais, lemos de que as enchentes de Minas Gerais, no Espírito Santo, em Sergipe, em outros Estados brasileiros onde se deu a incidência de chuva muito grande, e o prejuízo este ano, da seca, principalmente no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e um pouco aqui no Paraná, que o próprio Governo divulgou que quase dois bilhões de cruzeiros foi de prejuízo, com as nossas secas, juntando todo este prejuízo, seca e chuva, o Brasil teve já um "deficit" na comercialização dos produtos primários, dos produtos agrícolas, de 3 bilhões e 300 milhões de dólares, quando a própria Petrobrás divulga que nós gastamos 660 milhões de dólares em petróleo.

A Petrobrás gasta 1/5 (um quinto) do valor que o Brasil teve de prejuízo com as enchentes e com a seca.

Porque então não conscientizar a população brasileira da dificuldade que o Brasil está atravessando, pelas secas e pelas enchentes, se bater sempre na mesma tecla do petróleo, porque isso? Quando hoje se vê aí que a gente é obrigado a tirar chapéu pelo descalabro da venda de gasolina, tão barata para outros países.

Gastamos 660 milhões de dólares em petróleo anuais.

Agora, quanto que a Petrobrás recebe do povo brasileiro desses 660 milhões de dólares, de compra de petróleo, com a venda para o próprio povo brasileiro, em forma de gás, em forma de gasolina, em forma de óleo diesel ou outros derivados do petróleo, isso nós não sabemos, e dinheiro entra.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu, sinceramente, votarei com muita tranquilidade o requerimento do Deputado Augusto Carneiro, e faço votos de que, realmente, a direção da Petrobrás, venha a sensibilizar-se com os problemas que atravessam hoje, principalmente, aqueles de menor poder aquisitivo neste País.

Tem o aparte o Deputado Gilberto Carvalho.

O Sr. Gilberto Carvalho — Nobre Deputado Lázaro Dumont, agradeço o aparte que V. Ex.^a me concede, para dizer que estou solidário com o requerimento apresentado pelo eminente Deputado Augusto Carneiro. Já fiz um pronunciamento, logo que tivemos conhecimento desta Portaria do CNP e que foi divulgado pelos jornais, porque uma portaria como esta, só os técnicos mesmo, sem analisar o resultado que pode causar, poderiam baixar uma portaria desta.

Não sei se não avaliaram o prejuízo, que poderia ter. Por mais que se entenda de números, não conseguimos chegar a um entendimento, dessa política do petróleo.

Vejamos a argumentação feita, do problema das cooperativas. No ano passado sabemos que a produção foi pouca, este ano é bem maior, não poderão tomar por base a produção do ano passado, para distribuição do combustível. Nós temos também o setor de estradas, os postos de gasolina que também estão limitados, estradas fechadas que foram abertas agora, há poucos dias, como nós temos na região de Jandaia do Sul, a estrada Jandaia-Bom Sucesso, que estava fechada. Baixaram regulamento que será fornecido o combustível para aquele posto, baseado nos últimos 90 dias. Nos últimos 90 dias não houve consumo nenhum, porque não tinha estrada, a mesma estava impedida, agora vão baixar esta regulamentação para dar este atendimento; verdadeiro absurdo.

Cumprimento V. Ex.^a por discutir esta matéria tão importante e espero que o Conselho Nacional do Petróleo reveja esta medida adotada para tranquilizar os nossos agricultores no Paraná, que estão preocupados com esta situação.

Muito obrigado.

O SR. LÁZARO DUMONT — Para encerrar, Sr. Presidente, apenas um fato curioso. A televisão brasileira vive tentando conscientizar o povo brasileiro de usar os seus veículos numa velocidade de, no máximo 80 km por hora nas estradas brasileiras.

É só verificar a velocidade que andam os carros nas auto-avenidas em Brasília; principalmente um táxi do aeroporto para o centro, que recentemente, numa viagem que fiz à Brasília, estava correndo a 120 km por hora e eu ainda disse para o motorista:

— Olha, eu sou do Conselho Nacional do Petróleo, se você não andar a 80, eu vou levar diretamente para a Petrobrás.

Eu nem sei se há Petrobrás lá em Brasília. Aí ele diminuiu para 80. Então, nas estradas a 80, nas avenidas de Brasília a 100, 110, 120, à vontade, falta fiscalização. — (Com revisão do orador).

O SR. JOÃO MANSUR — Para discutir Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado João Mansur.

O SR. JOÃO MANSUR — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Inicialmente quero congratular-me com o Deputado Augusto Carneiro, autor do requerimento, e com os Deputados Fidelcino Tolentino, Antônio Facci, Lázaro Dumont, pela defesa que fizeram do requerimento em pauta.

Mas o que eu queria dizer, Sr. Presidente, é que estão brincando com coisa séria, e há poucos dias nós vimos um artigo do ex-Prefeito de nossa Capital, General Iberê de Mattos,

onde ele analisa as explicações, — e que nada explicaram, e as medidas que vêm sendo tomadas pelo Conselho Nacional do Petróleo e conclua, aquela autoridade, na incapacidade total dos homens que vêm dirigindo a política do Conselho Nacional do Petróleo de nosso País.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, várias medidas estão tomando, e eu pergunto a esta Casa e a esta Nação, se o problema do petróleo é sério para o Brasil, nós só poderemos combatê-lo com medidas sérias e as medidas que estamos verificando e que estão sendo tomadas, são de brincadeira e vêm em prejuízo especialmente do pequeno agricultor, daquele homem que diuturnamente vem lavrando a terra para sustentar a sua família e para engrandecer o nosso Estado e a nossa Pátria.

As medidas que vêm sendo tomadas, Sr. Presidente, vêm trazendo graves prejuízos àqueles homens que têm, no seu pequeno carro, um instrumento de trabalho, não para passeio, e nem para divertimento. E as últimas medidas tomadas, Sr. Presidente, se caracterizam numa verdadeira brincadeira perante o povo brasileiro.

Por isto esta Casa hoje está de parabéns, a bancada da Arena e a bancada do Movimento Democrático Brasileiro, através da proposição do Deputado. Fidelcino Tolentino, quando propõe a união desta Casa, deixando de lado as siglas partidárias e pensando, acima de tudo, no Paraná e no Brasil.

Por isto, estou solidário hoje e estarei sempre com esta Casa e com os Srs. Deputados, para que levemos esta luta aos altos escalões da República, a fim de que os homens se conscientizem, porque o que estamos assistindo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com estas medidas, especialmente esta da redução do fornecimento de óleo aos maquinistas, a impressão que se tem, é de que o Governo quer liquidar com o pequeno proprietário, e continuar protegendo, ainda mais, as multinacionais que tanto prejuízo tem causado à Nação brasileira. Porisso eu me solidarizo com o requerimento do nobre Deputado Augusto Carneiro e felicito os Deputados que defenderam, que aplaudiram e que encaminharam a votação, deste requerimento nesta Casa. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao Deputado Nelson Friedrich, para discutir.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados. A maioria dos pronunciamentos feitos convergem para a idéia que aqui pretendíamos desenvolver e com adendo ainda maior.

Efetivamente aprovamos já há uns dias atrás, um requerimento de nosso companheiro de bancada, Darcy Deitos, nesse mesmo sentido. Mas, felizmente, ontem, a Liderança do MDB pediu que se discutisse esta matéria.

Eu gostaria, neste instante, de trazer também o nosso posicionamento, porque o ilustre Deputado de Campo Mourão, Augusto Carneiro, em momento oportuno volta ao assunto, e necessita de urgência, a solução, porque há poucos dias, ouvindo uma entrevista do Sr. Sérgio Poncieri, da COAMO, Cooperativa de Campo Mourão, ele apresentava, numa emissora do Sul do Brasil, de Porto Alegre, a sua preocupação ante o problema que está já acontecendo na sua comunidade, na cooperativa de Campo Mourão, a maior cooperativa do Estado do Paraná.

E entrando em contato com as cooperativas da minha região, do Extremo-Oeste do Paraná, também, como por exemplo a COPERVAL de Palotina, já está se avizinando esta mesma problemática, porque a Portaria, tanto a 69/79 e a 62/79, são totalmente irreais, são totalmente aleatórias; foram baseadas no último trimestre de 78, trimestre de um ano de frustrações, que portanto não atesta a realidade.

Mas, é preciso voltar ao assunto, porque são dois os problemas: o óleo para secadores, o chamado "Fuel Oil" e o óleo Diesel, para os transportes, comumente usado. E as cooperativas é que estão enfrentando então esta grave situação. E isso fez com que estas cooperativas, através dos seus representantes vies-

sem à OCEPAR - a Organização das Cooperativas do Paraná; e foram à Brasília tentar uma entrevista com o General Oziel Almeida Costa, que é o Presidente do CNP. No entanto não conseguiram, depois de dois dias em Brasília, não conseguiram ser ouvidos esses representantes das cooperativas e chegaram ao cúmulo de ter que delegar poderes ao Representante da Organização das Cooperativas Brasileiras, Sr. Campos Melo para que então na sexta-feira passada só ele fosse recebido. E o que as cooperativas trazem de grave — e isso me reporto aqui como de mais importante — é que nós estamos diante de um perigo violento, já que as cooperativas estão se ressentindo da necessidade do óleo para secadores. Isso obriga a que essas cooperativas estejam sujeitas ao apetite das multinacionais, que aproveitando desse instante e desse problema também não acionam a sua máquina de industrialização dessa matéria prima. E o mercado da soja já está em oscilação, e podem ter certeza que esses grupos multinacionais que em grande e esmagadora maioria absorvem a matéria prima da soja em todo o Brasil, estarão se aproveitando dessa medida. As cooperativas obrigadas a se desfazer do produto, porque não tem óleo para secar o produto, porque o agricultor pressionando-as exige a venda uma vez que precisa do dinheiro. Pois depois de três frustrações: uma de comercialização que é a mais grave; e duas, de produção, estas cooperativas, como disse, acionadas pelos cooperados, são obrigadas a colocar o produto no mercado e, na falta de óleo esta colocação será ainda mais imediata e então estará mais uma vez ao apetite das multinacionais, absorvendo a produção do nosso produtor agrícola.

O SR. Fidelcino Tolentino — V. Ex.^a permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Nelson, a classe política do Paraná, com todo o respeito que se têm às bancadas federais, não vi, nenhuma manifestação, a não ser a nível de Parlamento, de requerimento. Mas não se fez presente, representativamente presente, em todos os momentos que fosse necessária a presença física do Poder Legislativo, para se corporificar as cooperativas, traduzindo o anseio das classes trabalhadoras rurais, sobretudo os proprietários rurais, para dar solvência a esse grave problema que aflige o Estado do Paraná.

Eu não vejo porque a Assembléia Legislativa, não escolha através da sua Comissão Executiva, ou a nível de lideranças partidárias, para ir à Brasília e pedir — não de chapéu na mão — pedir o que é de direito dos agricultores do Paraná, não só do Paraná, mas, sobretudo, do Paraná, porque aqui nós temos contas a prestar ao trabalhador deste Estado.

Muito obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Excelente colocação, nobre

Deputado, porque, inclusive, o não recebimento dessa comissão, por parte do Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, demonstra o pouco caso que se dá, hoje, ao povo e à opinião pública, e às classes produtoras, inclusive rurais, mesmo nos Governos que se diz que dá tanta prioridade à agricultura. Isso é lamentável, e nós precisamos tomar posições definidas, urgentes e posições rigorosas, e digo mais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nos estranham realmente as colocações que se fazem, hoje, a nível de Governo, dando como o grande culpado, hoje, da situação do País, o problema do petróleo, quando nós sabemos que o Presidente da República, que amanhã entrega o seu mandato, durante 4 anos presidiu a Petrobrás, e será que esse tipo de prioridade não foi analisada? E agora mesmo durante o seu período governamental, de 73 a 78, tivemos diminuição na prospecção de petróleo, inclusive, o que é mais grave, tenho os dados em mãos, nós tivemos em 73, 10,1 milhões de metros cúbicos de petróleo, e chegamos em 78, com 9,6, quase 5% a menos da produção de metros cúbicos do País.

E, além do mais, precisamos colocar no quadro exato: a realidade brasileira implica numa situação aflitiva de uma dívida externa, que em 73 apresentava no início do Governo Giesel, um

total de doze bilhões e meio de dólares, alcançou, por incrível que possa parecer, ao absurdo em termos agora, ao final de 1978, uma dívida externa de quarenta e três bilhões de dólares. São duzentos e quarenta e dois por cento de aumento, da dívida externa, num só período governamental. E comparando com as exportações, é crucial o caso, pois estas, tiveram um aumento de apenas cento e quatro por cento, no mesmo período.

E digo mais, Sr. Presidente, Srs. Deputados. A inflação no período de 1973 a 1978, foi de quatrocentos e seis por cento. A inflação asfixiante durante o Governo Geisel, foi de quatrocentos e seis por cento. E o custo de vida, neste mesmo Governo, atingiu a cifra astronômica de quatrocentos e dezesseis por cento. E o que ainda é mais grave, a dívida interna do País, que quase ninguém comenta, que em 1973 era de trinta e oito bilhões, é, hoje, de trezentos e cinquenta e sete bilhões e oito milhões de cruzeiros, com um inacreditável aumento de oitocentos e trinta e três por cento. E aí ficamos discutindo sexo dos anjos, e o Governo traz o petróleo como causa geradora de tudo isso e de todos os males do Brasil, quando, na verdade, é a incapacidade dos que nos dirigem que causa os graves problemas que estamos passando.— (Sem revisão do orador).

○ SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em discussão.

Com a palavra, o nobre Deputado Deni Schwartz.

○ SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Sinto-me a vontade de falar sobre o assunto, e, por isso, neste final de tarde, eu o faço.

Porque, desta mesma tribuna, durante quatro anos, falei sobre o problema energético, até fazendo coro com um dos mais ilustres Senadores desta República, e que não é de meu Partido, o Senador Teotônio Vilella, que nos últimos quatro anos, em diversas oportunidades, demonstrou como a política petrolífera do Brasil, a política energética neste País, estava errada.

Srs. Deputados, bastou que o povo, a pressão do povo conseguisse abrir um pouco as cortinas da censura, para que, num debate pela televisão, nós tivéssemos a oportunidade de constatar aquilo que nós já sabíamos, e que, por muitas vezes, neste País foi denunciado, e, repito, por homens do próprio Governo.

Bastou um programa de televisão, para chegarmos à conclusão da incompetência, ou se isto não for muito pior, da incapacidade, e o que ainda é muito pior, talvez, da desonestidade dos homens que comandam a política energética deste País.

Tivemos a oportunidade, Srs. Deputados, há alguns anos atrás, dois ou três anos, de ver o Presidente honrado deste País, Presidente Geisel, sobre cuja pessoa nunca se disse nada, ele foi intocável. Mesmo os presidentes após 1964, foram criticados nas suas vidas particulares. Por isso, quando o Presidente Geisel, esse homem que sai amanhã, e que, foi intocável nestes quatro anos, foi à televisão, anunciar os contratos de risco, ele chegou quase às lágrimas — e os Senhores devem ter assistido.

E, quando estive aqui no Paraná, e soubemos desse fato através dos jornalistas, quando um mais afoito quis elogiá-lo pelo fato de ter admitido os contratos de risco para o Brasil, ele teve a dignidade de dizer, frente aos jornalistas, que o fez no dia mais infeliz de sua vida, porque ele, como brasileiro, pretendia nunca ter feito aquilo a que foi obrigado.

Essas lágrimas estão inseridas num contexto mais geral do qual, hoje, estamos a discutir os efeitos.

Vejam os Senhores, nos últimos anos, a política energética do País, e em particular a política do petróleo, começou com os contratos que fizemos na Argélia e no Iraque, de onde o petróleo não veio. Contratos tão mal feitos, que depois que

descobrimos o petróleo na Argélia e no Iraque, esses contratos estavam tão mal feitos, que foram modificados em muitas de suas cláusulas, não permitindo que recebêssemos aquilo que era devido ao nosso País, à nossa PETROBRÁS.

Logo após, começamos, aqui no País, a falar nos contratos de risco. E, logo após um desmentido saído no "O Estado de São Paulo", os contratos foram assinados.

Depois, essa verdadeira política que o nobre Deputado João Mansur classificou de "parecer uma brincadeira", a política petrolífera do Brasil, levou - e o que estamos vendo hoje - até a nível de agricultor a desmoralização da PETROBRÁS.

Agora, aparece a exportação da gasolina a preços abaixo do preço interno. E vemos a desfaçatez de uma autoridade máxima, ir à televisão e dizer: "nós estamos trocando um barril de gasolina por dois de petróleo", esquecido de dizer quanto custa para se transformar dois barris de petróleo em um de gasolina. Qual o custo de mão-de-obra para se refinar esse petróleo.

○ Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) — Nobre Deputado, não é verdade, pelo menos pelos dados que chegaram ao meu conhecimento, que dois barris de petróleo equivaleriam a um barril de gasolina. É, absolutamente, improcedente essa matemática dos ventos uivantes do Planalto.

○ SR. DENI SCHWARTZ — Vossa Excelência citou os dados, eu ia citar isso.

Mais uma vez, o povo fica a olhar qual a razão de não acertarmos, qual a razão da empresa estatal de petróleo não conseguir resolver os problemas energéticos do País.

Mas, vem mais: as "simonetas" que, às dez horas da manhã, reafirmadas pelo Ministro Shigeaki Ueki, às três horas da tarde, depois de uma visita do Sr. Presidente da Federação da Indústria Automobilística, Sr. Mário Garnero ao Sr. Presidente Geisel, essas "simonetas" foram retiradas. Porque, a indústria automobilística, toda nas mãos das multinacionais, assim o exigiu.

Com essa desmoralização, Srs. Deputados, e aí está o mais grave, mais grave do que perdermos a safra, mais grave do que o nosso colono ficar sem a sua gasolina, sem a sua moto-serra, para a sua trilhadeira, ou as cooperativas sem o óleo para secar os seus produtos, mais grave é o que se pretende deste País, porque já estamos atingindo o último estágio. Estão aí os ministros a dizer que iremos desestatizar. Desestatizar para quem? Quem no Paraná tem condições de comprar a COPEL, a não ser uma multinacional?

Quem, neste País, pode comprar uma Vale do Rio Doce, a não ser as multinacionais? E é aí que eu quero chegar, Srs. Deputados.

O problema energético do Brasil, iniciou há muito tempo, uma campanha de desmoralização da nossa PETROBRÁS, para que o próprio povo, amanhã, venha a apelar ao Governo para que venda a PETROBRÁS, porque, então, aí teremos resultados e teremos gasolina nas nossas trilhadeiras e nas nossas moto-serras.

É do ilustre Senador Teotônio Vilella a afirmação de que, neste País, programa de metanol, programa de álcool, não irá adiante. E, vejam a gravidade, inclusive eu chamo a atenção dos Srs. Deputados da região do Norte do Paraná, mais interessada no assunto: os programas de álcool estão atrasados e estão atrasados, porque, o Sr. Shigeaki Ueki, por ignorância ou por desonestidade, ignorou um fato elementar, que qualquer ginasiano sabe e que agora foi admitido pelo Coronel Ludwig, em recente programa de televisão: do petróleo - e qualquer ginasiano sabe disto - saem determinados produtos derivados, em percentagens fixas, variando, de uma qualidade de petróleo para outra, em pequena diferença: tanto por cento de gasolina, tanto por cento de Diesel. Dentro deste contexto todo, também se procurou a que desaparecessem, das nossas

estradas, os caminhões à gasolina, em favor do Diesel que foi incentivado, para que, agora, nós tivéssemos esse excesso de gasolina, admitido pelo próprio Governo, e que está sendo exportado.

Eu pergunto aos Srs. Deputados: onde irá entrar o álcool, nesta estória? Porque a entrada do álcool, do metanol nos nossos automóveis será, mais, excesso de gasolina, porque o Diesel continuará sendo utilizado no transporte pesado do nosso País.

Infelizmente o contexto geral é este.

Diversos Deputados do MDB e da ARENA têm falado sobre o assunto, que, nos parece, mais grave do que à primeira vista, que já é grave!

Vejam os Senhores, que, quando o ilustre Deputado Federal do Paraná, Pedro Lauro Domarowski, propôs no Congresso Nacional que, se acabassem as corridas de automóveis, aquele Deputado foi inclusive, pela imprensa paranaense, ridicularizado. E, hoje, é o próprio Conselho Nacional do Petróleo que não só pretende adotar essas medidas que, diga-se de passagem, são altamente louváveis, necessárias e que, têm o meu apoio e que, pretendo que o Partido, e irei apresentar isto na próxima reunião que teremos na semana vindoura, tome uma posição em relação ao problema energético brasileiro, posição esta, não de contestação, mas uma posição que leve em conta que, emedebistas e arenistas estão no mesmo barco, quanto a este problema de energia neste País.

Finalizo, Srs. Deputados, para mostrar o erro de orientação.

Falou-se aqui, em Itaipu. Hoje, o ilustre Deputado Tércio Albuquerque, com inúmeros dados, mas o ilustre Deputado não teve a oportunidade que eu iria aplaudir, a de dizer que, tantos quilômetros da estrada-de-ferro Guarapuava/Foz do Iguaçu, já estavam prontos, porque, estes tantos quilômetros seriam o pagamento da mazela social que Itaipu trará para toda a região do Oeste do Estado, porque, se hoje Foz do Iguaçu está com cento e cinquenta, duzentos ou trezentos mil habitantes, amanhã ela terá cento e cinquenta, duzentos ou duzentos e cinquenta mil favelados, marginais, que lá poderão viver apenas do turismo, porque lá, como todos sabemos, como toda a região Sudoeste, Oeste, grandes indústrias, centros industriais não serão estabelecidos. E há que se dizer também, que, durante estes últimos quatro anos, devido à intransigência deste que será amanhã o Presidente da PETROBRÁS, este homem, devido a sua intransigência, fez com que, inclusive, a Companhia Paranaense de Energia Elétrica não pudesse aumentar a sua capacidade geradora, porque, depois de iniciado Salto Osório, a ELETROSUL foi lá e encampou aquela Usina e até hoje a nossa COPEL não tem sequer uma autorização para novos projetos ou novos investimentos, porque o Governo centralizou tudo em suas mãos, não permitindo assim, que os Estados também participassem da solução do problema energético brasileiro. Por isso, Senhores Deputados, desculpem-me ter vindo à tribuna a esta hora, mas não podia deixar passar, esse que é um dos assuntos mais sérios do País, eu que pretendo levar ao meu partido um posicionamento frente ao problema, posicionamento esse que terá que ser encarado sem demagogia, que é o posicionamento de um racionamento, racionamento com esclarecimento ao povo, não com televisão a dizer em "slides" as coisas que devem ser feitas para ser economizado combustíveis, mas com nós, Deputados, junto aos nossos eleitores, conscientizando-os da necessidade de uma união nacional, em torno do problema, união essa, que só será possível, com participação do homem político e só será possível também, desde que os magnatas dessa Nação, também os proprietários de frotas de automóveis em suas casas, esses também colaborem, através de um racionamento, que não atingirá, tenho certeza, o colono, o operário, aquele que não tem sequer um automóvel, mas atingirá e terá que ser compre-

endido por aqueles que detêm na mão um maior poder econômico.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em discussão.

O SR. RENATO BERNARDI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para discutir, concedo a palavra, ao Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sei que o assunto exaustivamente vai sendo debatido, talvez, nem tivesse sido essa a intenção do nobre Deputado Augusto Carneiro, no momento em que elaborou o seu documento. Mas, venho tratar de um assunto tão importante, no qual o Brasil está inserido de tal forma hoje, de tal inferioridade que merece, Deputado Augusto Carneiro, de todos nós, um momento de reflexão e a partir daí, um posicionamento firme, de luta, de reivindicação, porque o momento brasileiro todo, voltado dentro do regime discricionário de exceção e autocrático em que estamos mergulhados há quinze anos, criou um modelo social e um modelo econômico, todo ele voltado para os interesses de uma elite e de uma minoria.

Ainda, a questão de alguns dias, esse Deputado foi procurado por um corretor de veículos, enaltecendo qualidades do carro que se propunha vender e quando nós dizíamos da inviabilidade de percorrer o trecho da Capital do Estado até a nossa região eleitoral, vem ele, nos dizendo que, esta fábrica de automóveis, como todas as outras, aumentaram a capacidade dos tanques, dos novos veículos nos modelos 1979, e aumentarão ainda, para os modelos de 1980.

Então, essas portarias, a 62 e a 69 do CNP, tem um cheiro, nobre Deputado Augusto Carneiro, tem uma aparência, Senhor Presidente, e tem um final, Senhores Deputados, de uma novela já vista, assistida e renovadamente assistida, - a corda estourará, sempre, do lado mais fraco.

Os tecnocratas que se implantaram no Conselho Nacional do Petróleo, tomam essas medidas, que, jamais, prejudicarão a elite, mas, estão, isto sim, a prejudicar o trabalhador da nossa terra, no seu dia a dia.

Tem o aparte o nobre Deputado Nelson Friedrich.

O Sr. Nelson Friedrich — A colocação, ilustre Deputado, neste aparte, é para, exatamente, evidenciar essa colocação tecnocrata, que se instalou no País, e, bem posto o exemplo do simples corretor de veículos, porque, enquanto o Brasil se debatia preocupando-se com o problema energético, poupança de combustível, enquanto, os quadros governamentais buscavam campanhas e movimentos para conscientizar o nosso povo, o ilustre Presidente da República, Ernesto Geisel, é convidado de honra e vai, especialmente, a São Paulo, para abrir o Salão de Automóveis, que a grande novidade eram os tanques com maior possibilidade de carregar gasolina e fazer, como a propaganda exibia, o trajeto Rio — São Paulo, sem necessidade de passar num posto de gasolina.

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço o aparte de Vossa

Excelência, que vem, exatamente, consolidar a base do meu raciocínio. Hoje, há veículos, Sr. Presidente, que a publicidade anuncia, com cento e vinte, cento e trinta litros no seu tanque de combustível. Mas, as portarias 62 e 69, do Conselho Nacional de Petróleo, mostram, claramente, o final disto tudo, porque toda estrutura social brasileira está voltada para o serviço, para o privilégio de uma minoria que se encaustelou e se associou àqueles que estão encaustelados no Poder, tomado à força, arbitrária e violentamente, há quinze anos, neste País.

Ainda, sexta-feira passada, Sr. Presidente, estivemos, desta tribuna, advertindo que, na região de Maringá, uma crise sem precedentes estava se desenhando e, na sexta-feira, participamos, no Indaial Hotel, de uma reunião, com os distribuidores de gasolina dos postos de serviço e com representan-

tes, técnicos e operacionais, das indústrias de óleo sediadas em Maringá, hoje, o segundo parque moageiro do Estado do Paraná, responsável, Sr. Presidente, por cerca de cinquenta e sete por cento dos cereais prensados em todo Norte do Paraná; e, lá, uma série de circunstâncias foram levantadas e, em seguida, recebemos este telex, contendo cópia de manifestação da Associação Comercial, dirigido ao Conselho Nacional de Petróleo. (Lê):

"Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho Nacional de Petróleo, General Oziel Almeida Costa.

Os representantes das indústrias que consomem derivados de petróleo nas suas atividades produtivas, reunidos na sede desta Associação de Classe, vêm manifestar a Vossa Excelência, suas apreensões, quanto aos efeitos das Portarias n.ºs 62 e 69, do CNP.

De outro lado, manifestaram suas esperanças de que as portarias referidas, sejam alteradas e que, as ponderações apresentadas ao Conselho, individualmente pelas empresas interessadas, na forma de recursos, sejam plenamente atendidas.

Maringá, hoje, é o segundo parque industrial moageiro de soja do Estado, e a expansão que o setor da indústria experimentou de 1978 para 1979, foi expressiva, não sendo, portanto, aceitável o critério utilizado nas referidas portarias.

Confiantes nas decisões de Vossa Excelência, através desta Associação, apresentam os protestos de estima e consideração.

A Diretoria da Associação Comercial e Industrial de Maringá".

E, cópia do telex, enviado a cada Deputado daquela região, com assento nesta Casa. "Com todo acato, vimos solicitar a Vossas Senhorias, uma urgente revisão no critério adotado para fixação de cotas aos postos de gasolina baseado no consumo havido no último trimestre de 1978. Nossa região é eminentemente agrícola e a sazonalidade das safras acarretam um enorme aumento do consumo de óleo diesel, tanto mais nos meses de março, abril e maio.

No sentido de se evitar um colapso principalmente nesta época, urge uma revisão no critério. Sugerimos que, as cotas sejam fixadas com base no trimestre março, abril e maio do ano anterior, porém, acrescida de mais trinta por cento, considerando que, em 1978, o Paraná sofreu uma frustração de safra, da ordem de cinquenta por cento, com conseqüente e involuntária redução, no consumo de óleo diesel. A revisão do critério e a complementação das cotas é, absolutamente, imperativa, sobretudo nas regiões do Estado, onde são colhidas as safras.

Para os demais meses, sugerimos cotas baseadas na média do consumo anual.

Atenciosamente

Diretoria da Associação Comercial e Industrial de Maringá"

Sr. Presidente, é a Diretoria de um órgão de classe, de um órgão patronal que se manifesta. Esta Casa, hoje, recusou pela maioria de seus membros, e recusou de uma forma legítima e baseada na legislação em vigor e na força que em uma democracia tem a maioria sobre a minoria. Recusou um voto de solidariedade àqueles trabalhadores, tanto da cultura como no Estado do Rio de Janeiro, os professores, como do serviço manual especializado, no caso dos metalúrgicos do ABC, recusou uma solidariedade. Mas nós não podemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, recusar uma solidariedade com o futuro do Brasil que, em razão deste modelo social e econômico que a aristocracia dominante neste País, encastelada no poder pela exceção, pelo arbítrio e pela repressão vergonhosa e hodienda, vem mantendo sobre o País.

Não podemos comprometer o futuro do Brasil. E, neste momento, quero que as minhas palavras, Sr. Presidente, sirvam de um posicionamento no momento em que votamos este re-

querimento, pela unanimidade desta Casa, em posição contrária a uma atitude no mínimo irrealista, no mínimo sem falta de base técnica concreta, no mínimo sem atender para as peculiaridades de um País continental como o nosso, de oito milhões e quinhentos mil quilômetros quadrados, numa norma 62 e numa Portaria 69, a englobar o Brasil, de norte a sul e de leste a oeste, numa determinação só, numa forma de consumo apenas.

Que seja esta votação, uma prova, Sr. Presidente, de solidariedade ao futuro deste País, que está sendo comprometido pela ganância e pelo interesse de uma minoria privilegiada que não quer enxergar o sofrimento e as necessidades de nossa gente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em discussão. Em votação. APROVADO.

Esta Presidência registra, com muita satisfação e muita honra, a presença, em nosso Plenário, do ilustre Deputado Sebastião Rodrigues.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cyro Martins, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Senhor Tore Munck, Diretor-Presidente do Grupo Munck, pela instalação, no Distrito Industrial de Ponta Grossa, da Fundação Munck Paraná S/A., votos extensivos ao Dr. Luiz Antônio Fayet, Presidente do BADEP.— Aprovado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere. (É procedida a verificação de votação).

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando para amanhã, dia 15 de março, quinta-feira, às 14,00 horas, uma Sessão Solene, da posse do Senhor Governador Ney Aminthas de Barros Braga e Vice-Governador José Hosken de Novaes.

Marcando ainda, uma sessão para sexta-feira, dia 16, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 52/78 e 166/78.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO, FOI APROVADA, Á REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO FIDELCINO TOLENTINO, NO DIA 14 DE MARÇO DE 1979.

"ADVOGADOS DO PARANÁ:

Reputamos entusiástico — e muito honroso — o critério de confiança que a nobre classe dos advogados paranaenses nos conferiu, ao delegar à nossa equipe a responsabilidade de dirigir a Seção Paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil, nos próximos dois anos.

A euforia da manifestação das urnas, porém, não nos obnubilou a mente, nem entorpeceu a nossa disposição de trabalho. Estamos, assim, perfeitamente conscientes para avaliarmos a importância do compromisso que, nesta data, assumimos. Compromisso com a grandeza da Instituição que representamos; compromisso com a luta permanente pela legalidade democrática; compromisso com o prestigiamiento do exercício profissional; compromisso com toda a classe; compromisso, enfim, com você, irmão advogado, que muito espera de nós.

Sabemos que a conjuntura atual é difícil. Que vivemos o resultado da infeliz inversão de uma ordem natural e básica. É que se erigiu o Estado como objetivo final das coisas. Quando o Estado é um meio; o HOMEM é que é o fim. A subversão de valores, para impor-se a "estatolatria", gera aberrações sem limites. Sacrifica-se o homem, fazendo dele instrumento

de afirmação do Estado. E, com o sacrifício do homem, prescreve-se a LIBERDADE, violenta-se o DIREITO, subjuga-se a grande massa do povo a uma pseudo-verdade, urdida de acordo com as conveniências do momento.

Na consecução desse ímpio objetivo, recorre-se, a elocubrações ditadas pelo tecnicismo subserviente, insensível aos anseios e reclamos humanos. Estimula-se e endeusa-se, de conseqüência, a classe dos tecnocratas que, trancados em seus gabinetes - que mais parecem laboratórios - impermeáveis às manifestações da sociedade, elocubram fórmulas e soluções mágicas, cuja aplicação, se bem ou mal sucedida, lhes é simplesmente irrelevante, eis que nunca se soube haja alguém deles sido punido ou responsabilizado pelo resultado negativo de suas prescrições.

A excessiva valorização do tecnocrata pelo regime governante, expõe os cidadãos a riscos permanentes, pela insensibilidade com que são apresentadas as soluções.

Tenta-se, em vão, conciliar no tecnocrata uma personalidade política. É característica do político superar os problemas sociais através de opções refletidas ou sintonizadas com os anseios do contingente governado. Para tanto, é essencial um regime com bases liberais e de formação autenticamente democrática, pois o político haverá de estar em permanente, franco e livre diálogo com os governados. Jamais poderá trancar-se em gabinetes herméticos e jungir-se a fórmulas rígidas e pré-concebidas, resultantes de normas teórico-matemáticas e de ordem geral, divorciadas do calor das necessidades humanas e das tendências e reivindicações próprias a cada momento. Todavia, para o tecnocrata, não importa o tipo de regime vigente. O tecnocrata serve a qualquer regime, porque, mais que um governante, é um instrumento de execução incondicional da política desse regime. Ao passo que o homem essencialmente político é, por natureza, ou bom senso, afeito ao Direito. Sobrepõe ao raciocínio frio das fórmulas convencionais, o respeito ao elenco e a cada um dos direitos do cidadão, que dignificam a pessoa humana. Compreende e submete a técnica a serviço do homem e não a concebe nem a justifica como instrumento de progresso e fortalecimento unicamente do Estado que, é bom repetir, não é um fim, mas um meio de assegurar ao homem uma vida mais digna.

Resulta que, num Estado onde se supervaloriza o tecnicismo, aplicando-se fórmulas genéricas, unilateralmente concebidas e à revelia dos órgãos de representação popular, neutraliza-se a sensibilidade aos problemas imediatos e específicos do homem, ensejando-se a ocorrência de autênticas aberrações. Delas, um exemplo atual e chocante - que os exemplos são muitos - e recentemente noticiado pelos jornais, a aberração de se lançar fora milhares de litros de leite, alimento elementar e um dos mais completos, ao mesmo tempo em que grande contingente de nossa população é vitimada pela fome e desnutrição...

Nesse contexto, onde se relega o indivíduo a um segundo plano - abaixo do Estado - emerge a potencialidade dos organismos de classe, autênticos termômetros das necessidades públicas, como último refúgio e porta-voz das reivindicações individuais. Deles, sem dúvida alguma, o mais importante é a nossa Ordem dos Advogados, por sua natureza singular, de organismo suprapolítico que, através dos tempos e em todos os países onde existe, tem resistido aos envolvimento ilegítimos e de subserviência ao poder.

Entre nós, a Ordem dos Advogados reafirma, dia a dia, seu grandioso desígnio na contextura estrutural da Nação. Veja-se o episódio que a imprensa ainda está a noticiar, do abominável seqüestro, em solo brasileiro, de residentes no Brasil; e seu traslado forçado, com destino às mamorras de outro país que comprometeu sua democracia. Esse lamentável evento tem servido para testar a Ordem e demonstrar quão decisiva é a intervenção deste Organismo, na preservação dos postulados

fundamentais dos povos. Nesse grave episódio, de grave atentado à soberania nacional e aos direitos humanos, vemos a Ordem dos Advogados, através da figura respeitável do seu "bâtonnier", subsidiado pelos valorosos membros da Seção do Rio Grande do Sul, empenhando-se, com persistência franciscana, porém viril, no sentido de não permitir que o atentado caia no esquecimento e repelindo, com sagrada veemência, a violação ao primado do Direito, conquista que o homem civilizado busca preservar, a duras penas, nem tanto para si, quanto para seus pósteros.

A atitude da Ordem reflete e traduz, em última análise, o posicionamento do mais humilde e distante dos seus membros, eis que a lei impõe, ao advogado, o DEVER de "defender a ordem jurídica e a Constituição da República, pugnar pela boa aplicação das leis e rápida administração da Justiça, e contribuir para o aperfeiçoamento das instituições jurídicas". É o compromisso que o advogado tem com o legalismo, como norma de conduta pessoal e profissional. O sadio legalismo, como ideologia política é, mesmo, aspiração de todo o jurista, não só do advogado, como do promotor público, do magistrado. Só um regime que respeita a lei é capaz de assegurar a estabilidade social e a dignidade da pessoa humana.

E a sociedade encontra, no advogado, o instrumento de que necessita para neutralizar o impacto da violação do direito e das leis, por parte de seus membros.

O advogado tem, em si, muito de juiz. Embora, ao ser constituído, torne-se ele mandatário do cliente, na realidade o advogado não representa o cliente, mas o assiste na sua pretensão. O papel do advogado não é o de mero porta-voz. Não é ele compelido a sustentar todas as pretensões do constituído. Quando o advogado passa a exercer o seu "munus", é porque já apreciou o caso exposto pelo cliente, sob todos os seus ângulos, escoimando-o do irrelevante ou supérfluo, sopesando seu aspecto ético-moral, avaliando-lhe a legalidade e analisando sua viabilidade processual. Tal atitude do verdadeiro advogado, ao mesmo tempo em que tem o caráter de autêntico julgamento prévio, define sua responsabilidade pessoal perante o cliente, salienta a honorabilidade do seu nome profissional perante o Judiciário e estabelece o grau de reputação que há de merecer da sociedade.

Nessa importante função reside a grandeza do advogado. E do fato de pertencer à Ordem, organismo que lhe dá proteção e que lhe impõe uma disciplina salutar, decorre a confiança que a sociedade deposita no advogado como elemento neutralizador dos seus conflitos. Daí, observa JEAN LEMAIRE, bastonário emérito da Ordem dos Advogados parisienses, que o advogado -

... "não se fecha em seu gabinete ou no isolamento de uma sala de audiências, longe do mundo, longe dos acontecimentos, recebendo apenas os seus ecos dolorosos. Ele penetra nesse mundo, leva-lhe o seu trabalho, a sua experiência, e também o exemplo de suas virtudes, a segurança da sua lealdade, a garantia da sua independência. Ele se faz eficaz, sem precisar ser desonesto. É indispensável precisamente porque, advogado, não aceita qualquer vínculo de dependência e porque não obedece senão a si mesmo, porque não sacrifica a nada, nem a pessoa alguma, os interesses que lhe são confiados e representa, na sociedade, não só a competência, como também a segurança."

A relevância da nossa missão de advogado está, assim, na repercussão social de cada caso individual que patrocinamos. Ao impetrar um "habeas-corpus" ou mandado de segurança contra ato arbitrário de autoridade, ao assistir o Ministério Público na repressão de um delito perpetrado, ou ao defender o acusado não transigindo na amplitude da defesa, ao postular uma pensão alimentícia, ao buscar remédio para o esbulho possessório, ao reclamar direitos trabalhistas, enfim, ao postular os interesses legítimos de cada cliente, está o advogado, no senti-

do amplo, contribuindo para a estabilidade, o aperfeiçoamento e o respeito aos princípios fundamentais do Direito, que devem reger as sociedades civilizadas, como os concernentes à vida, à liberdade, à educação, à segurança e à propriedade.

Para o exercício de tão nobres e preciosos desígnios, precisa o advogado, antes de tudo, de LIBERDADE. Não tanto por amor a ela, mas porque é a Liberdade o "habitat" natural do Direito e o eficaz exercício profissional está condicionado aos hábitos gerados numa sociedade livre. Observa TOCQUEVILLE que —

"Os hábitos que a liberdade criou são mais duradouros do que o amor à própria liberdade."

(DEMOCRACY IN AMERICA, I, 250/251)

A nossa Corporação surgiu, também e principalmente, da necessidade de se preservar a liberdade do advogado, para o exercício profissional, assegurando-lhe o respeito às prerrogativas necessárias a este mister. Esta é mais uma faceta da importância da Ordem dos Advogados.

Para cumprir todos os seus objetivos, a Ordem deve ser um organismo forte. E essa força absolutamente necessária, decorre da união dos seus membros. A história ainda não repleu o adágio antigo, de que "a união faz a força".

Devemos, caros companheiros, convencer-mo-nos de que a Ordem não é o seu presidente; nem é a diretoria, que hoje se empossa. A Ordem somos todos nós. Se dela podemos exigir, antes de tudo devemos a ela dar. A Ordem é a criatura; nós somos o Criador. E a criatura reflete, sempre, a imagem do Criador. A imagem da Ordem, depende, pois, e está condicionada à nossa imagem. E a sua força, depende do nosso trabalho, da nossa união.

Por tudo isso, esta nossa mensagem - onde procuramos situar, em tênues pinceladas, o momento que vivemos, onde buscamos ressaltar a participação decisiva da Ordem dos Advogados na preservação dos valores fundamentais dos povos e situamos a missão do advogado nesse contexto - esta nossa mensagem é, em síntese, uma convocação. Convocação de todos, e de cada um de nós, para o fortalecimento da nossa instituição que se torna, dia a dia, mais premente.

Todos nós temos, pois, este compromisso. Compromisso com o presente, que o momento histórico o exige; com-

promisso com o passado, na cultivação do conceito nacional que a Ordem dos Advogados do Paraná reafirmou, com a gestão que ora finda, do emérito Conselheiro EDUARDO ROCHA VIRMOND e sua valorosa equipe que, de sua vez, encontrou a sólida estrutura e força moral e material construída, com tenacidade sempre renovada, pelas gestões anteriores dos ilustres Conselheiros FRANCISCO BRITTO DE LACERDA, ÉLIO NAREZI, RUI FERRAZ DE CARVALHO, ATHOS MORAES DE CASTRO VELOZZO, EDGAR CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE, JOÃO DE SOUZA FERREIRA, ADOLPHO DE OLIVEIRA FRANCO que, felicidade nossa, estão venturosamente conosco, e dos intrépidos advogados já retirados do nosso convívio, porém perenemente presentes em nossa memória, os inesquecíveis Conselheiros JOAQUIM DE OLIVEIRA SOBRINHO, JOSÉ RODRIGUES VIEIRA NETTO, ARTHUR FERREIRA DOS SANTOS, LAERTES DE MACEDO MUNHOZ e todos os seus demais ilustres antecessores, que presidiram, com altivez, os destinos desta Casa.

Esta a mensagem.

Aos dignos Magistrados, reafirmamos o nosso respeito, e fé; e a nossa disposição de luta pelo aperfeiçoamento, pela preservação da dignidade e integral independência do Poder Judiciário e de seus Juízes. Aos dedicados membros do Público Ministério, incansáveis e rigorosos fiscais da lei e da sociedade, a nossa perene colaboração na sua cruzada pela melhor realização do ideal de Justiça.

Aos nossos leais companheiros, advogados do Paraná, legamos duas certezas: a primeira é a de que, advogados que somos, de militância diuturna, sofremos os mesmos dramas e amarguramos os mesmos dissabores; a segunda, a de que entregamos à classe a riqueza da qual mais nos orgulhamos: o nosso trabalho, constante, despreendido e intenso, no sentido de amenizar as agruras do exercício profissional, de dignificar a classe e de fortalecer, cada vez mais, a nossa Instituição. Queremos, daqui a dois anos, receber de todos o mesmo sorriso; o mesmo e caloroso abraço que agora nos alenta, e poderemos sair desta Casa com altanaria e uma terceira certeza: a de que a missão foi bem cumprida. —"

... ..